

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA  
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO  
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**EDUARDA APOITIA**

**ALBA-TCP: A INFLUÊNCIA DA ALTERNATIVA PÓS-LIBERAL PARA A  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

**Santana do Livramento - RS  
2015**

**EDUARDA APOITIA**

**ALBA-TCP: A INFLUÊNCIA DA ALTERNATIVA PÓS-LIBERAL PARA A  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Universidade  
Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Msc. Rafael Balardim

**Santana do Livramento**

**2015**

**EDUARDA APOITIA**

Catálogo da Publicação  
Serviço de Documentação  
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Apoitia, Eduarda

ALBA-TCP: A INFLUÊNCIA DA ALTERNATIVA PÓS LIBERAL PARA A  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA / Eduarda Apoitia.

78 p.

A643a Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do  
Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2015.

Orientador: Rafael Balardim.

1. Integração latino-americana. 2. ALBA-TCP. 3. Regionalismo pós liberal.  
4. Venezuela, Cuba e Bolívia. 5. Bolivarianismo. I. Título.

**ALBA-TCP: A INFLUÊNCIA DA ALTERNATIVA PÓS-LIBERAL PARA A  
INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial para  
obtenção do grau de Bacharel em  
Relações Internacionais pela Universidade  
Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: \_\_/\_\_/\_\_.

Banca examinadora:

---

Prof. Msc. Rafael Balardim  
Orientador  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Msc. Rafael Vitoria Schmidt  
(UNIPAMPA)

---

Prof. Dra. Nathaly Silva Xavier Schütz  
(UNIPAMPA)

Ao meu avô Antonio Apoitia (*in memoriam*),  
A minha avó e meu pai, com todo o amor e dedicação.  
E a todo o latino-americano que luta contra o neo-imperialismo.

## **AGRADECIMENTOS**

Há quatro anos atrás eu ouvia meu nome sendo chamado na lista de aprovados para o curso de Bacharelado em Relações Interacionais na Universidade Federal do Pampa. Se abria a partir de então uma porta para um período rico em novas experiências e pessoas. Mas esse momento não seria o mesmo se não houvessem pessoas incríveis ao meu lado durante esta jornada. E a essas pessoas tão queridas é que eu deixo meus sinceros agradecimentos.

À minha – mais do que avó – mãe, Orotilde, que com amor e apoio não mediu esforços para que eu alcançasse minhas metas, me ensinou a escrever e fez de mim uma pessoa mais forte. Ao meu pai José Antônio, meu maior incentivador, fonte inesgotável de incentivo e que sempre me guiou pelo caminho certo me passando valores de justiça e igualdade. Ao querido amigo Adail Silva dos Santos, pelas conversas e pelo respaldo de todos os dias. Ao amado Carlos Henrique Civeira ao plantar em mim, com toda a sua sabedoria e carinho, o amor pelas Relações Internacionais. À minha família, em especial ao meu saudoso tio Almor, à tia Ereolanda – que tanto contribuiu para a minha formação. Ao tio Elbio, pelas risadas e pelo carinho. À tia Natália, pelo aconchego de todos os dias, ao tio Pedro Otávio pelos momentos compartilhados e à minha amada madrinha, Carmem.

Não posso deixar de agradecer também a algumas das figuras mais ilustres com as quais eu tive o prazer e sorte de conviver. Aos advogados e amigos insubstituíveis, Luis Eduardo D'Avila e José Antonio D'Avila Jr., por acompanhar meu crescimento e conquistas. À juíza Mirtes Blum e à promotora Rosi Maria Barreto, pela dedicação e o profissionalismo. À querida Eloisa Rodrigues e ao seu esposo Miguel Rodrigues, pela amizade incondicional e a lealdade. Também aos meus queridos José Antonio Delfabro e Arthur Mena. Ao doutor e amigo Luis Carlos Padilha Duarte, a quem devo a minha vida e saúde.

Também deixo meus agradecimentos mais do que especiais ao meu orientador, Professor e Mestre Rafael Balardim, pela dedicação e comprometimento nas correções e incentivos. Ao Professor Rafael Vitória Schmmidt, que alimentou em mim o fascínio pela América Latina como campo de estudo e pesquisa. Agradeço a todos os professores da UNIPAMPA, em especial à Letícia Nuñez Almeida pela paciência, disponibilidade e atenção, a Nathaly Schütz, Ana Monteiro, Flávio Lira, e

Anna Carletti por acompanharem com carinho essa trajetória e me inspirarem a cada aula. Aos demais professores, técnicos, servidores e discentes da UNIPAMPA, que contribuem para fazer da instituição um ambiente de ensino da cada vez mais qualidade.

Às professoras e educadoras que marcaram minha vida desde cedo, Marly Fernandes, Kênia Rodrigues e Eneida Berto, que mais do que reprodutoras de conhecimento, serviram de exemplo para o meu crescimento como ser humano e que ajudaram a moldar meu caráter.

A todos aqueles amigos que longe ou perto, fizeram essa caminhada valer a pena, com as risadas, o apoio e o companheirismo somado durante estes anos, em especial ao Carlos Cota, à Lara Cupsinski, Alessandra Ilhamas, Natália Blanco, Bruna Figueiredo, Willian Dias, Agnes Félix, Rafael Augusto, Igor Sartori, Diego Araujo, Luis Acosta, Marcia Aguirre, Lauriane Aguirre, Lucas Falconi, Bruno Botto, Nathalia Tsiflidis, Sandra Fros, Caroline Alves, Maurício Collaziol, Rosalda Fros e Florência Guarch. À querida Raquel Bicca, pelo apoio e pela amizade incondicional e o ânimo de sempre.

À amada Caroline Ageitos, que tive o prazer de conhecer como colega, compartilhar manhãs de aula, noites de estudo e inúmeros momentos felizes que guardarei para sempre e espero que se multipliquem. E ao querido Franco Galli, com quem compartilhei todas as angústias e alegrias da graduação e da vida, agradeço pela confiança e persistência, pelo apoio que sempre superou nossas divergências e impicância. Obrigada pelo carinho, pelos conselhos e cada momento compartilhado. Esta conquista é tão minha quanto de cada um de vocês.

*“Falam do fracasso do socialismo.  
Mas onde está o sucesso do capitalismo,  
Na África, na Ásia e na América Latina?”*

Fidel Castro.

## RESUMO

Este trabalho analisa a criação e consolidação da ALBA-TCP como um processo de integração alternativo para a América Latina e o Caribe. Esse modelo é um exemplo de regionalismo pós-liberal, por se tratar de uma aliança que visa o desenvolvimento equitativo dos países membros em detrimento da lógica capitalista de livre comércio, além de surgir como um caminho antagônico às intenções falhas de consolidação da ALCA. O discurso anti-imperialista no âmbito da Aliança, se deve ao fato deste ter sido encabeçado pelas duas lideranças progressistas mais fortes da América Latina, Hugo Chávez e Fidel Castro. A relevância do bloco é analisada por meio de seu ordenamento jurídico e o papel desempenhado pelas Missões Sociais e Granacionais, como mecanismos em busca da diminuição de assimetrias internas dos países membro e entre os mesmos. Entende-se, por meio da pesquisa e da análise dos dados, que o projeto alavancado pela ALBA-TCP se apresenta como relevante para os índices de saúde, educação e economia dos países que o compõe. No período de dez anos de existência (2004 a 2014), com uma proposta de integração produtiva, calcada nos princípios de solidariedade, cooperação e soberania latino-americana, a ALBA-TCP vem se consolidando como uma alternativa ao financiamento de projetos políticos, econômicos e sociais e como resposta à ingerência norte-americana na região. Cabe ainda ressaltar o caráter imprevisível que ganha o futuro do bloco, por se tratar de um processo relativamente recente e os principais países dentro do bloco estarem passando por uma fase de insegurança e crise econômica internacional.

**Palavras-chave:** Integração latino-americana, ALBA-TCP, Regionalismo pós-liberal.

## RESUMEN

Este trabajo analiza la creación y consolidación del ALBA-TCP como un proceso de integración alternativa en América Latina y el Caribe. Este modelo es un ejemplo de regionalismo post-liberal, porque es una alianza dirigida al desarrollo equitativo de los países miembros, a expensas de la lógica capitalista de libre comercio, y emergen como una forma antagónica a los fracasados intentos de consolidación del ALCA. El discurso anti-imperialista dentro de la Alianza se debe el fato del bloque ser dirigido por los dos líderes progresistas más fuertes de América Latina, Hugo Chávez y Fidel Castro. La relevancia del bloque se analiza por medio de su sistema legal y el papel de las Misiones Sociales y las Granacionais, como mecanismos de búsqueda de la reducción de las asimetrías internas de los países miembros y entre ellos. Se entiende, por medio de la investigación y el análisis de datos, que el proyecto del ALBA-TCP se presenta como relevante para los indicadores de salud, de educación y de economía de los países que la componen. En los primeros diez años de existencia (2004-2014), con una propuesta de integración y desarrollo productivo, basada en los principios de la solidaridad, la cooperación y la soberanía de América Latina, el ALBA-TCP se está consolidando como una alternativa a la financiación de proyectos políticos, económicos y sociales, y en respuesta a la injerencia de Estados Unidos en la región. Vale la pena señalar la imprevisibilidad acerca del futuro del bloque, ya que es un proceso relativamente nuevo y los países clave dentro del bloque están pasando por una fase de inseguridad y crisis económica internacional.

**Palabras clave:** Integración latinoamericana, ALBA-TCP, Regionalismo post-liberal.

## LISTA DE FIGURAS

Mapa 1 - Países membros da ALBA-TCP .....	18
---	----

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estrutura E Funcionamento da ALBA-TCP .....	37
Quadro 2 - Áreas e Projetos abordados pelas Missões Sociais .....	46

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de Empresas Mistas Constituídas no Âmbito do Petrocaribe .....	61
Tabela 2 - PIB. (Bilhões de dólares) .....	62
Tabela 3 - EDUCAÇÃO – Taxa total de conclusão do ensino primário .....	63
Tabela 4 - SAÚDE – Expectativa de vida (anos) .....	63
Tabela 5 - COMÉRCIO – Exportação de bens e serviços. (% de participação no PIB) .....	64
Tabela 6 - PIB (dólares) .....	65
Tabela 7 - SAÚDE – Acesso ao atendimento básico (% de população) .....	65

## LISTA DE SIGLAS

AEC - Associação de Estados do Caribe  
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração  
ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio  
ALBA-TCP - Aliança Bolivariana para a Nossa América – Tratados de Comércio para os Povos  
ALBAEXIM - ALBA- Exportação e Importações  
ALBAMED - Centro de Regulamentação dos Medicamentos da ALBA  
ALBANISA - Alba de Nicarágua S. A.  
ALBATEL - Alba Telecomunicaciones  
ALCA - Área de Livre Comércio das Américas  
ALCSA - Área de Livre Comércio Sul-Americana  
CAN - Comunidade Andina de Nações  
CARICOM - Comunidade do Caribe  
CELAC - Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CDI - Centro De Diagnóstico Integral  
CORPOVEX - Corporação de Comércio Exterior  
CTI - Granacional de Ciência, Tecnologia e Inovação  
CTV - Central de Trabalhadores da Venezuela  
ELAM - Escola Latino-americana de Medicina  
FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FEDECÁMARAS - Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio e Produção  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul  
GNL - Gás Natural Liquefeito  
IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana  
INGEOALBA - Instituto Granacional de Pesquisa, Prospecção y Serviços Geológicos  
MAS - Movimiento al Socialismo  
MBD - Milhões de barris por dia.  
MCCA - Mercado Comum Centro-Americano  
MERCOSUL - Mercado Comum do Sul  
MNR - Movimento Nacionalista Revolucionário

OEA - Organização dos Estados Americanos  
OMC - Organização Mundial do Comércio  
OMS - Organização Mundial da Saúde  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PDVSA - Petróleos de Venezuela S.A.  
PROAL - Programa de Alimentos Estratégicos  
SICA - Sistema de Integração Centro-Americano  
SRI - Salas de Reabilitação Integral  
SUCRE - Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagos  
TEC - Tarifa Externa Comum  
TELESUR – Televisión del Sur  
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR)  
TLC - Tratados de Livre Comércio  
TPC - Tratado de Comércio para os Povos  
TRANSALBA - Empresa Mista de Transporte Cubana-Venezuelana  
UNUASUL - União de Nações Sul-Americanas  
UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
UNIALBA - Rede Universitária para os povos da ALBA  
YPFB - Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos  
ZED - Zona Especial de Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 AS FASES DO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO.....</b>	<b>20</b>
2.1 Regionalismo Fechado.....	23
2.2 Regionalismo Aberto.....	26
2.3 Regionalismo Pós liberal.....	28
<b>3 O NASCIMENTO DA ALBA-TCP.....</b>	<b>32</b>
3.1 Ordenamento jurídico do bloco: o grau de institucionalização.....	37
3.2 O reflexo do bloco nas políticas públicas dos Estados Membros: das <i>Misiones Sociales</i> às <i>Grannacionales</i> e O PETROCARIBE.....	44
<b>4 OS RESULTADOS PROPORCIONADOS PELA ALBA-TCP EM SEUS PRIMEIROS 10 ANOS.....</b>	<b>62</b>
4.1 A influência da ALBA-TCP nas políticas externas.....	66
4.2 O futuro da ALBA-TCP.....	79
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>84</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>87</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As tentativas de integração permeiam o território latino-americano desde o século XIX, apresentando um processo de intensificação no período que compreende desde as últimas décadas do século XX até o início dos anos dois mil. Percebe-se que o fim da Guerra Fria se tornou um grande marco nas relações internacionais, não sendo diferente para o continente latino-americano, onde este período é seguido por uma onda de redemocratização e a ascensão de governos progressistas ao poder.

Reflexos dessa transição podem ser analisados a partir das mudanças no modo como se dá a inserção latino-americana no Sistema Internacional, tendo a integração como um dos pilares nessa nova fase. Na segunda metade do século XX se intensificam as iniciativas multilaterais, como um reordenamento nas relações intra-continentais frente aos desafios da nova ordem mundial. Nesse sentido vários processos de integração surgiram desde a década de 1960, merecendo maior destaque a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fundada em 1960; o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960; o Pacto Andino (atualmente Comunidade Andina de Nações – CAN) em 1969; a Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973; a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1980; o Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 1991; o Sistema de Integração Centro-Americano (SICA) em 1993; a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em 2000; Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) em 2004; a Aliança Bolivariana para a Nossa América – Tratados de Comércio para os Povos (ALBA – TCP) em 2004, a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) em 2008, e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) em 2010.

O foco deste trabalho gira em torno da ALBA-TCP, com o intuito de destacar suas características e compreender a partir delas como essa iniciativa contraria os esforços norte-americanos para a integração e o modelo tradicional que tem como foco a esfera econômica em detrimento de áreas como a energética e a social. O autor José Ruiz destaca a ALBA-TCP como uma contraposição ao novo regionalismo (RUIZ, 2006. p. 96), que se deu em grande medida, de acordo com a cartilha do Consenso de Washington, o que enfatiza os interesses dos Estados Unidos da América (EUA).

É importante, dentro da temática de integração, destacar a relevância do bloco, que é fundado em 2004, oriundo de uma iniciativa unilateral venezuelana em resposta às tentativas fracassadas, por parte dos EUA, de dar origem à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), o que destaca o seu caráter de oposição à ordem econômica tradicional e competitiva dos demais processos expressivos de integração na América Latina. Esse aspecto fica claro diante do fato de que a ALBA-TCP, não tem como prioridade a assinatura de acordos essencialmente comerciais, e dá maior relevância às áreas estratégicas como a energética, a produtiva e a social.

Nesse sentido destacam-se os princípios sob os quais nasce a Aliança Bolivariana, como a solidariedade, complementaridade e cooperação, reforçados em acordos intra-bloco, que se preocupam com as potencialidades de cada membro, promovendo uma relação baseada nesses três pilares.

O autor William Daldegan de Freitas, destaca em sua análise os princípios básicos aclarados na constituição da ALBA, como sendo:

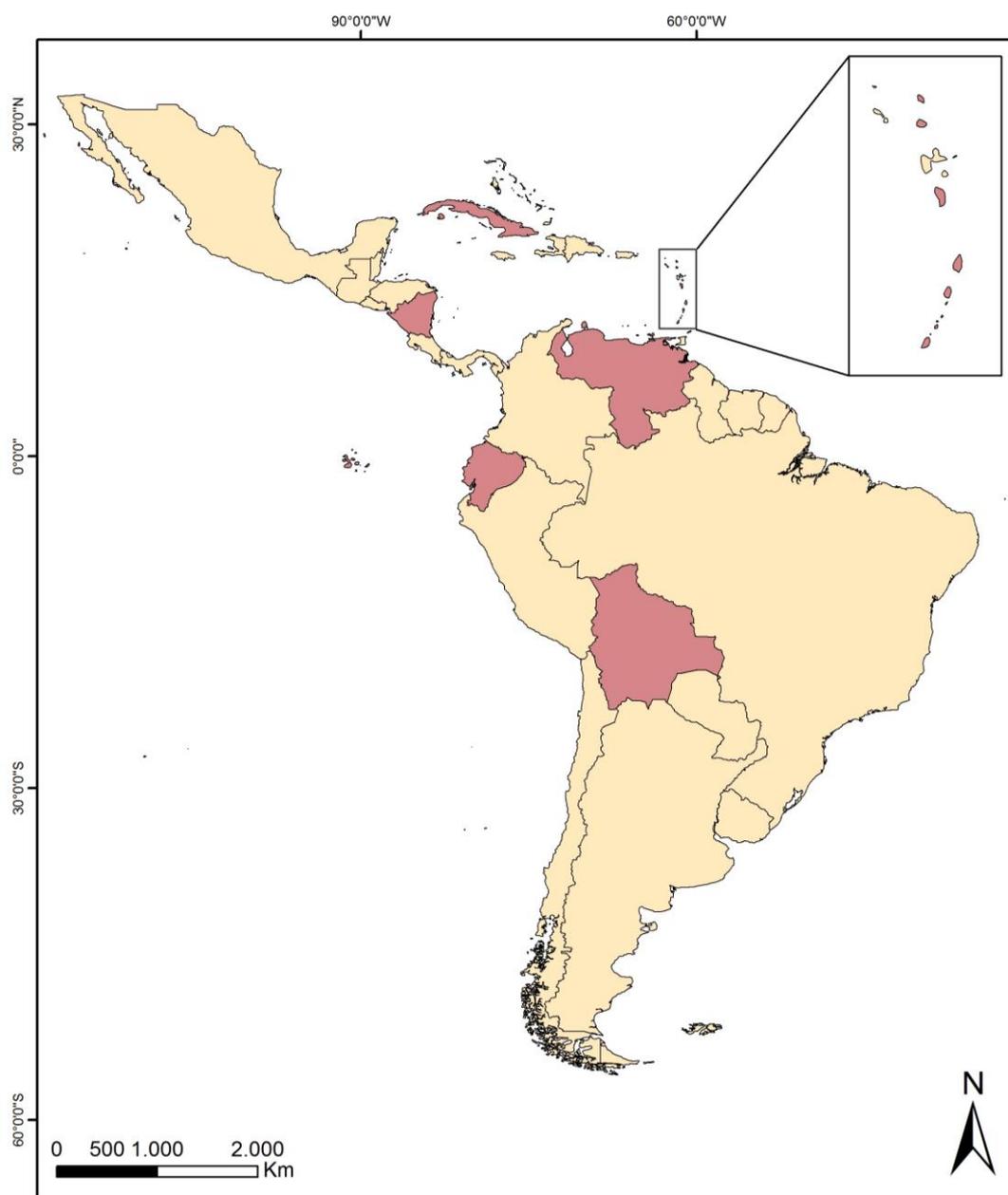
1. O comércio e os investimentos serão instrumentos para alcançar um desenvolvimento justo e sustentável tendo o Estado como regulador e coordenador da atividade econômica;
2. Tratamento especial e diferenciado, tendo em vista as assimetrias de desenvolvimento entre os países-membros, com o objetivo de maximizar os benefícios do processo de integração;
3. A complementariedade econômica;
4. Cooperação e solidariedade, como forma de adequar os diferentes níveis de desenvolvimento e focado na luta contra o analfabetismo, promoção da saúde e educação;
5. Criação de um fundo emergencial;
6. Desenvolvimento como forma de integrar as comunicações e transportes;
7. Propiciar a sustentabilidade do desenvolvimento;
8. Integração energética;
9. Fomentar os investimentos de capitais latino-americanos na própria região;
10. Defesa da cultura e identidades dos povos que integram o bloco;
11. Defesa da propriedade intelectual frente aos avanços de empresas transnacionais;
12. Concertação de posições nas esferas multilaterais e defesa da democracia e transparência das instâncias internacionais. (FREITAS, 2011. p. 7)

Uma vez que a ALBA-TCP, atualmente, conta com a participação de 11 países (Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, Dominica, Santa Lucía, San Vicente y Las Granadinas, Antigua y Barbuda, Federación de San Cristóbal y Nieves e Granada), pela curta duração da pesquisa, se pretende enfatizar os 3 países com mais peso dentro do bloco. Desse modo Venezuela, Cuba e Bolívia ganharão destaque,

bem como o caráter assimétrico que permeia a relação destes entre si, e perante os demais membros.

Mapa 1 - Países membros da ALBA-TCP

### Países pertencentes à ALBA-TCP



**Legenda**

■ Países pertencentes à ALBA-TCP

Fonte: [alba-tcp.org](http://alba-tcp.org)

Elaborado por  
Ludmila Losada da Fonseca  
2015

Elaborado por Ludmila Losada da Fonseca, 2015. Fonte: <[alba-tcp.org](http://alba-tcp.org)>

Este trabalho buscou, acima de tudo, partir da ALBA – TCP como um exemplo para construir um diálogo acerca das mudanças na América Latina em relação a sua inserção no Sistema Internacional, considerando a integração regional como um dos pilares desse processo. Nesse sentido, a justificativa da importância acadêmica do trabalho, tem como principal argumento o fato da ALBA –TCP ainda estar em processo de consolidação, possuir inúmeros desafios e relativamente poucos trabalhos dentro da academia brasileira de Relações Internacionais. É importante, que após 11 anos de sua existência, hajam debates a partir de uma visão externa ao bloco. O fato do Brasil não fazer parte desse processo, faz com que a temática em questão seja debatida dentro de um espaço monopolizado pelos países membros do bloco e, por consequência da América hispânica.

O trabalho tem como objetivo geral, analisar a ALBA-TCP como um processo de integração pós-liberal. Para tanto, foram perseguidos outros três objetivos específicos, analisar o papel e as relações dos membros da ALBA-TCP, destacando Venezuela, Cuba e Bolívia verificar o grau de institucionalidade da ALBA-TCP e evidenciar os resultados dos primeiros 10 anos do bloco (2004-2014).

Quanto à metodologia, foi utilizada a pesquisa descritiva documental, a partir do emprego de análise dedutiva, em que foram analisadas as disposições gerais sobre o regionalismo na América Latina, para que posteriormente, o regionalismo pós-liberal tenha se enquadrado no âmbito da ALBA-TCP.

Pretendeu-se fazer uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos que serão utilizados ao longo da pesquisa, bem como acerca de pesquisas já realizadas sobre o funcionamento do processo em análise. Foi de extrema importância a análise de dados em sites de diferentes organismos internacionais e intencionou-se verificar a institucionalidade da ALBA-TCP por meio da análise, em sites oficiais, sobre a distribuição dos órgãos, suas funções e peso nos processos decisórios.

Foram também utilizadas notícias, sites oficiais e fontes jornalísticas quanto à repercussão de tratados realizados no âmbito da ALBA-TCP, com intuito de demonstrar uma das bandeiras levantadas pelos seus defensores: a participação popular.

## 2 AS FASES DO REGIONALISMO LATINO-AMERICANO

A relação da América Latina com processos multilaterais, não está apenas associada a fatores racionais de interesse nacional, ou fatores funcionais. A integração, sendo a união econômica e/ou política de Estados Nacionais em vista de interesses comuns, ocorre na América Latina como mecanismo importante para a sua inserção no Sistema Internacional. Segundo José Sanahuja, existe um “multilateralismo latino-americano” enraizado na identidade e nos valores que têm definido tradicionalmente as políticas da região. (SANAHUJA, 2012. p. 21 – Tradução nossa). Esse tipo de multilateralismo latino-americano, combina dois aspectos históricos importantes da América Latina: as aspirações unionistas de integração regional e a participação ativa dos países latino-americanos nos organismos internacionais dos quais são membros.

O primeiro aspecto é traço marcante nas políticas externas dos países dessa região desde os múltiplos processos de formação de Estados independentes. Os princípios bolivarianos, por exemplo, sempre impulsionaram a política interna e externa de alguns países latino americanos e caribenhos.

Al poco tiempo de que se alcanzara la independencia de las naciones latinoamericanas (primera mitad del siglo XIX), puede considerarse como el primer ejemplo de integración la llamada, posteriormente, Gran Colombia (1819), integrada por Colombia, Ecuador y Venezuela. Seguidamente, fue un ambicioso proyecto el que propuso el Libertador Simón Bolívar en el Congreso “Anfictiónico” de Panamá (1826) para crear la federación de las nuevas repúblicas; (TORRES, 2011. p. 214)<sup>1</sup>

Por outro lado, deve-se levar em conta um processo posterior aos de independência, estreitamente ligado à construção nacional. O discurso nacionalista, serviu tanto para garantir a consolidação das elites dominantes frente à parcela indígena e afrodescendente, quanto para barrar a influência norte-americana no continente. Nesse sentido, ainda Sanahuja (2012) afirma que existem três fatores que estão em constante contraposição na dinâmica latino-americana: o nacionalismo, a integração e a autonomia no sistema internacional.

---

<sup>1</sup> Pouco depois de alcançar a independência das nações latino americanas (primeira metade do século XXI), pode se considerar como o primeiro exemplo de integração processo conhecido, posteriormente, como Grande Colômbia (1819), composta por Colômbia, Equador e Venezuela. Em seguida, se transforma num ambicioso projeto, proposto pelo Libertador Simão Bolívar no congresso do Panamá (1826) para criar a federação das novas repúblicas. (TORRES, 2011. p.214.) Tradução nossa

A expressão da integração latino-americana sempre esteve ligada aos processos de independência das colônias espanholas no continente e de autonomia e ao fortalecimento norte-americano. Após os processos de independência, apoiado pelos EUA, surgem duas tendências unionistas: o Monroísmo e o Bolivarianismo.

El proyecto bolivariano visto como la primera respuesta orgánica que se dio en la región ante la desarticulación de la sociedad hispanoamericana, como resultado inmediato de las guerras de independencia. [...] Mientras que la posición estadounidense se sustentaba en la “Doctrina Monroe”, postulada desde el año 1823. (TORRES, 2011. P.221).<sup>2</sup>

O primeiro, diz respeito à política externa estadunidense cunhada de Doutrina Monroe, que tinha como lema “A América para os Americanos”, e seu principal objetivo era livrar a região de qualquer influência europeia, e manter relativo controle coercitivo por meio das elites que governavam os Estados-Nação recém independentes. Era a partir desse lema, que para Torres, o governo norte americano sustentava a la ideología del pan-americanismo al estilo hegemónico. (TORRES, 2011. p.222)<sup>3</sup>. Já o segundo, tinha uma orientação ideológica totalmente inversa ao pan-americanismo. Defendia que o alinhamento com os interesses norte-americanos seria substituir uma relação de submissão por outra, como na época colonial, ainda que em relação a outro Estado. Era preciso unir-se repelindo qualquer relação de dominação externa, por meio de projetos com base em princípios de solidariedade e justiça social.

La creación de este espacio sudamericano ha dado lugar a la progresiva configuración de un entramado regional de organizaciones, foros e instancias multilaterales diversas, cuyo perfil no está aún claramente definido, pero que marcan los lineamientos generales de un proceso de regionalismo con características propias. Algunas de ellas remiten a la reafirmación de la soberanía nacional como principio constitutivo del legado jurídico latinoamericano, a la reticencia por parte de las naciones sudamericanas a cualquier cesión de la misma en aras de algún ordenamiento jurídico supranacional y a su reafirmación como principio inalienable del Estado westfaliano surgido en la región con las luchas por la independencia del siglo XIX, junto con un cuestionamiento implícito al sistema interamericano.<sup>4</sup> (TORRES, 2011, P. 223)

---

<sup>2</sup> O projeto bolivariano (é) visto como a primeira resposta orgânica que se deu na região diante a desarticulação da sociedade hispano-americana, como resultado imediato às guerras de independência. [...] Enquanto a posição estadunidense se sustentava na “Doutrina Monroe”, postulada desde 1823. (TORRES, 2011. p. 221.) Tradução nossa.

<sup>3</sup> A ideologia do pan-americanismo ao estilo hegemônico (TORRES, 2011. p.222.) Tradução nossa.

<sup>4</sup> A criação deste espaço sul-americano tem dado lugar à progressiva configuração de um emaranhado regional de organizações, fóruns e instâncias multilaterais diversas, cujo perfil não está claramente definido, mas marcam as linhas gerais de um regionalismo com características próprias, Algumas delas remetem à reafirmação da soberania nacional como princípio constitutivo do legado jurídico latino-

Já no fim do século do século XIX a integração como idealizadora das políticas latino-americanas perde relativamente a sua força. Para Torres (2011), foram poucos os avanços da integração na América Latina, até 1928 onde os interesses de hegemonia norte americana e a disparidade entre os países em questões fundamentais para um processo regional, eram os principais fatores a contribuir para esse insucesso. O pan-americanismo, como sendo a iniciativa estadunidense de integração para a região, representou uma barreira para a aproximação dos países latino-americanos entre si, e ainda pelo pensamento do autor, foi esse conceito que segregou ainda mais a América Saxônica da América Latina

O ímpeto de integração regional como mecanismo para garantir maior autonomia no Sistema Internacional, voltam a marcar presença nas políticas externas da América Latina e do Caribe, ainda que com um grau maior de pragmatismo, a partir da segunda metade do século XX, dando origem às fases do regionalismo que se pretende abordar ao longo deste capítulo, bem como os principais processos de cada fase, culminando na criação de blocos mais recentes como a ALBA-TCP, processo central desta análise. Para fim de analisar a criação e a atuação da ALBA-TCP como um bloco regional influente na integração dos países da América Latina e do Caribe, a partir dos anos 2000, faz-se necessária uma análise dos processos atuais de integração. Para tanto, estes serão divididos em três fases. A primeira fase se compreende entre as décadas de 1960 e 1980 e ficou conhecida como a do Regionalismo Fechado. A segunda, em resposta às falhas da primeira, é a do Regionalismo Aberto e surge em 1980. Por fim, a terceira fase chamada de Regionalismo Pós-Liberal. Esta, vale ressaltar, ainda sofre com indefinições ou contradições entre os autores que a conceituam, por se tratar de uma fase recente e de transição que surge no início do século XXI simultaneamente às mudanças políticas e governamentais na região.

---

americano, à reticência por parte das nações sul americanas a qualquer cisão em áreas de algum ordenamento jurídico supranacional e a sua reafirmação como princípio inalienável do Estado westfaliano surgido da região com as lutas pela independência do século XIX, junto com um questionamento implícito ao sistema interamericano. (TORRES, 2011, P. 223) Tradução nossa.

## 2.1 REGIONALISMO FECHADO.

O Regionalismo Fechado, ou velho regionalismo, como afirmam alguns autores como Oliveira (2009), tem seu marco em 1960 e se destaca até 1980. Nesse período integração regional passa a se apresentar como um mecanismo importante na política externa latino-americana, no que diz respeito à sua inserção no Sistema Internacional.

Segundo Sanahuja:

La expresión “Viejo Regionalismo” fue usada durante la era de la Guerra Fría para describir, por un lado, las estrategias de integración económica que poseían determinados grados de autonomía, en función de llevar adelante sus propias políticas de desarrollo. Por otra parte, se refiere a las organizaciones regionales de seguridad lideradas por Estados Unidos establecidas para mantener las alianzas militares y los balances de poder en un mundo bipolar. (SANAHUJA, 2012. p. 23).<sup>5</sup>

Segundo essa lógica, pode-se perceber um certo paradoxo nos processos que representaram essa fase do regionalismo, uma vez que é enfatizada a busca pela autonomia econômica da região – tendo em vista que esse período se caracterizou pelo protecionismo econômico em escala regional e pelo Estado forte na intervenção direta dos mercados e havia um interesse geral pelo desenvolvimento equitativo da região por meio de um modelo de complementaridade econômica – e paralelamente há um alinhamento na esfera de defesa e segurança, sob a premissa norte americana de combate à ameaça vermelha que representava o comunismo. Nasceram, dessas necessidades, alguns processos e blocos regionais, aos quais se destacam: o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) criado em 1947, a Organização dos Estados Americanos (OEA) criada em 1948; a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) fundada em 1960; o Mercado Comum Centro-Americano (MCCA) em 1960; o Pacto Andino (atualmente Comunidade Andina de Nações – CAN) em 1969; a Comunidade do Caribe (CARICOM) em 1973;

Apesar de ser o momento em que nasce outros mecanismos para a integração na América latina, dois deles merecem destaque: A OEA e o TIAR. A partir da criação da OEA o pan-americanismo se transforma num interamericanismo, ainda que tal mudança ocorra mais no discurso do que no plano de ação. (Torres ,2011). Pode-se

---

<sup>5</sup> A expressão “Velho Regionalismo” foi usada durante a era da Guerra Fria, para descrever por um lado, as estratégias de integração econômica que possuíam determinados graus de autonomia, em função de levar adiante suas próprias políticas de desenvolvimento. Por outro lado, se refere às organizações regionais de segurança, lideradas pelos Estados Unidos, estabelecidas para manter alianças militares e a balança de poder de um mundo bipolar.

dizer que tanto a OEA quanto o TIAR são os exemplos do alinhamento dos governos latino-americanos com as iniciativas estadunidenses de influência em questões de defesa e segurança. É durante as décadas de 60 e 70 que na América Latina de modo geral ascendem ao poder governos autoritários de direita, nos países com maior expressão na esfera da política externa e de inserção regional no Sistema Internacional. Esses governos contavam com o apoio norte americano, apoio que eles justificavam pelo discurso de combate à ameaça vermelha, no contexto da Guerra Fria.

Os primeiros países a sofrerem a intervenção direta dos EUA e terem seus presidentes depostos e o poder tomado por regimes militares foram a Guatemala e o Paraguai em 1954, seguidos da Argentina em 1962, do Brasil e da Bolívia em 1964, do Peru em 1968 e do Uruguai juntamente com o Chile em 1974. Outros países são alvo desse processo, que marcado por governos autoritários, perseguição política e o Estado como propulsor do terror, enfraquece no fim dos anos 80, mas em alguns países foram desmantelados apenas ao fim dos anos 1990. É nessa lógica, de alinhamento com os Estados Unidos principalmente no campo estratégico, que os reflexos no regionalismo e na cooperação internacional são evidenciados na atuação da OEA e a partir do TIAR. Ambos processos consistiam num aparelhamento jurídico que legitimava a postura incisiva dos EUA em áreas estratégicas.

O TIAR constituiu um instrumento formal de defesa contra o avanço do comunismo (PAGLIAI, 2006. p. 29), apesar de ter como justificativa a proteção da região contra qualquer força externa. Prova disso, se deu no contexto da Guerra das Malvinas, em 1982. Pelos princípios do TIAR – que previa que uma agressão a qualquer país signatário do tratado, seria interpretada como uma agressão a todos os demais países, e propenso a ser atacado pelo princípio de solidariedade em questão de defesa – os Estados membros deveriam apoiar a Argentina. Contudo, os EUA abstiveram-se da responsabilidade para com o país latino-americano, ao apoiar a Inglaterra, o que inviabilizou a invocação do TIAR como mecanismo de ajuda mútua do sistema interamericano. (PAGLIAI, 2006. p. 29).

Já a OEA em documentos oficiais, se declara como fruto do mais antigo organismo regional do mundo, ao ter sua origem relacionada à Primeira Conferência Internacional Americana, realizada em Washington, D.C., de outubro de 1889 a abril de 1890 que resultaria na criação da União Internacional das Repúblicas Americanas propiciando o surgimento de disposições e instituições capazes de sustentar o

conceito “Sistema Interamericano”. Constituída por todos os países americanos com exceção de Cuba – suspensa a partir de 1962 – tinha como principal objetivo, segundo tratado constitutivo, garantir (aos Estados americanos) uma ordem de paz e de justiça, para promover sua solidariedade, intensificar sua colaboração e defender sua soberania, sua integridade territorial e sua independência (PROTOCOLO DE BUENOS AIRES, 1967. Artigo 1). Seus princípios estão relacionados à solidariedade entre os Estados membros inclusive em ações conjuntas em caso de agressão, ao desenvolvimento econômico e à limitação de armamentos convencionais dos países latino-americanos em prol do direcionamento dos recursos às suas econômicas. Assim, os Estados Unidos legitimavam sua intervenção direta, camuflada pelo conceito de solidariedade para barrar qualquer tipo de ameaça externa alinhada com o polo antagônico de poder: a União Soviética, como uma força agressiva em expansão.

A pesar de ser la expresión del proyecto estadounidense de lograr una organización continental que quitara a los asuntos americanos, al menos en primera instancia, del órgano superior de la ONU, la Carta contenía, entre otras aspiraciones latinoamericanas, la defensa del principio de no intervención – incluyendo las medidas coercitivas de índole económico – a la vez que condenaba las guerras de agresión. De cualquier forma, establecía la adopción de medidas con el objetivo de mantener la paz y la seguridad “de acuerdo con los tratados existentes”, dejando un halo de ambigüedad sobre tal definición, que más adelante fue utilizado para justificar la intervención militar avalada por la OEA, como ocurrió en República Dominicana en 1965. (MORGENFELD, 2010. p. 34).<sup>6</sup>

Paradoxalmente, os demais processos citados já no âmbito econômico e financeiro, tinham uma postura mais autônoma em relação à postura imperialista norte-americana. Economicamente os organismos regionais na América Latina durante o velho regionalismo tiveram como base os pensamentos promovidos no âmbito da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), órgão da ONU de orientação protecionista que objetivava a diminuição da dependência dos

---

<sup>6</sup> Apesar de ser a expressão do projeto estadunidense de obter uma organização continental, que excluirá os assuntos americanos, ao menos em primeira instância, do âmbito da ONU, a carta continha entre outras aspirações latino-americana, a defesa do princípio de não intervenção – incluindo as medidas coercitivas de índole econômica – ao passo que condenava as guerras de agressão. De qualquer forma, estabelecia a adoção de medidas com o objetivo de manter a paz e a segurança “de acordo com os tratados existentes”, deixando um espaço de ambiguidade sobre tal definição que mais adiante foi utilizado para justificar a intervenção militar, liderada pela OEA, como ocorreu na República Dominicana em 1965. (MORGENFELD, 2010. p. 34) Tradução nossa.

países periféricos em relação às economias das potências vigentes. As políticas dos blocos que nascem das teorias cepalinas eram

[..] basadas en la implementación de las estrategias de sustitución de importaciones del desarrollo industrial a escala regional, en función de superar los obstáculos al desarrollo, como el pequeño tamaño de los mercados nacionales, y promover cambios en los patrones de producción y mayores ganancias de eficiencia. Un conjunto de grupos subregionales y región. (SERBIN, 2012. p. 23)<sup>7</sup>.

Vale lembrar que a CEPAL foi o marco institucional do conceito *latino-americano* numa organização de escala mundial, ou seja, o elemento institucional que consolidou externamente a imagem de uma América Latina, propulsora de processos de cooperação e integração regional sem influências exógenas à região em questão. Assim, pode-se afirmar que a CEPAL nasce como oposição aos EUA intervencionista que atua na esfera estratégica. É a partir dela, e das teorias formuladas por Raul Prebisch que se constitui uma releitura das relações centro-periferia que passam a ser questionadas academicamente a partir da periferia. Difunde-se a ideia de dependência como fator principal das condições de subdesenvolvimento sob as quais a América Latina era submetida.

Entende-se portanto, que para o regionalismo fechado, o principal desafio era superar essa condição de país periférico, aliando-se a países nas mesmas condições para fazer frente, internacionalmente, à países desenvolvidos e detentores de uma indústria consolidada e competitiva. Para tanto o Estado fazia o papel central da economia, por meio de modelos desenvolvimentistas, característicos também de governos autoritários de direita, na América Latina. Com a chegada dos anos 80, essa lógica muda e por consequência, o papel da integração na América Latina também.

## 2.2 REGIONALISMO ABERTO

Regionalismo Aberto ou “Novo Regionalismo” é caracterizado principalmente pela ruptura na lógica de industrialização por Substituição de Importações, que servia

---

<sup>7</sup>[..]baseadas na implementação das estratégias de substituição de importações de desenvolvimento industrial a escala regional, em função de superar os obstáculos ao desenvolvimento como o pequeno tamanho dos mercados nacionais e promover mudanças nos padrões de produção e maiores índices de eficiência. Um conjunto de grupos sub-regionais e região. (SERBIN, 2012. p.23) Tradução nossa.

de base para integração dos anos 60. A década perdida, como ficou conhecida na América Latina, foi um período marcado principalmente pela crise do petróleo e pela crise da dívida externa que fez com que muitos países latino-americanos tivessem suas economias esfaceladas. Os primeiros passos eram dados rumo ao fim da Guerra Fria e com isso aos processos de abertura política e econômica, na região. Cabe destacar a forte relação entre o processo gradual de redemocratização – que na América Latina se deu de modo lento, e obedecendo ainda os interesses dos governos de direita – e as mudanças nas iniciativas de integração.

Nesse sentido, principalmente a partir dos anos 90, o apelo pela globalização e pela liberalização do mercado latino-americano como estratégia para a inserção do mercado internacional eram latentes. Os principais blocos regionais dessa fase é a ALADI, em 1980 e o Mercosul em 1991. Ambos os blocos tinham como objetivo a diminuição de barreiras ao livre comércio e com isso o incentivo à importação de bens industrializados como forma de inserir os países da região no processo de globalização.

O MERCOSUL é um processo de integração sub-regional dos anos 90 e constitui claro exemplo de inclinação formal por um projeto de união aduaneira. A opção por esse formato foi fortemente influenciada pelas preferências comerciais e por considerações de política externa do Brasil. De fato, as motivações brasileiras para promover o modelo de união aduaneira para o MERCOSUL estavam centradas na preservação de mercados e no fortalecimento do poder de barganha do país para negociar com os países do Norte, sobrepondo-se à lógica da integração econômica com o aproveitamento das economias de escala e de escopo e a consequente especialização e ganhos de eficiência das cadeias produtivas. (MOTTA VEIGA e RIOS, 2007. p.12).

Entende-se então, que o intercâmbio comercial era o elemento central da integração, diferentemente do regionalismo fechado, onde o elemento central era o desenvolvimento industrial interno.

A base para os processos de integração nessa fase foi a Cartilha do Consenso de Washington, responsável pela redução do papel do Estado na dinâmica econômica e pela atuação protagonista de atores privados (SANAHUJA, 2009). Nesse sentido, a lógica de comércio era baseada em acordos regionais com baixos impostos externos e barreiras comerciais para garantir a ampliação da liberalização comercial intra-bloco.

O Regionalismo Aberto é caracterizado em primeiro lugar, pela abertura comercial – diminuição de barreiras ao comércio, promoção de políticas cambiais, etc. – mas também por ser multidimensional e integralizar aspectos políticos, econômicos

e de segurança na mesma esfera e pela primeira vez trazer a temática social para a agenda de um bloco econômico sul-americano, ainda que por trás existisse sempre o interesse pela liberalização comercial.

Porém, muitas são as críticas a essa fase. Os processos de integração que surgem nessa época, aplicaram políticas díspares entre si, dificultando a aplicação de legislações aduaneiras que se complementassem.

En una evaluación general, la implementación del Regionalismo Abierto ha sido en primer lugar altamente “parcial” y “selectiva”. [...] Prestando atención a las uniones aduaneras, los resultados son mixtos, y sólo América Central parece cumplir con esta meta. En todos los grupos, la liberalización de servicios, compras públicas o la inversión entre fronteras han sido comparativamente menores. (SANAHUJA, 2009. p.27).<sup>8</sup>

É fácil perceber que apesar dos benefícios estruturais do livre comércio, trabalhado por blocos como o Mercosul, principalmente, muitas das metas ainda não foram alcançadas. Além disso, entende-se que a integração latino-americana, mesmo quando meramente econômica, não pode ter como base apenas as relações comerciais. É preciso uma maior atenção às questões sociais – como direitos trabalhistas – questões ambientais – muitas vezes usada como desculpa de interesses externos para barrar a industrialização de países periféricos – etc. É nesse sentido que alguns conceitos passam a ser revistos na virada do século, dando espaço para o que classificaremos como Regionalismo Pós-Liberal.

### **2.3 REGIONALISMO PÓS LIBERAL**

Esta fase se inicia no momento em que – com fim da Guerra Fria e os ataques de 11 de setembro de 2001 – os EUA lançam sua política externa conhecida por Guerra ao Terror, e passam a voltar seus interesses para longe das Américas do Sul e Central. Nesse contexto, a recusa dos governos progressistas à lógica de liberalização comercial e a oportunidade de aumentar sua autonomia principalmente em questões financeiras, estratégicas e infra estruturais alavancam novos projetos unionistas. É

---

<sup>8</sup> Numa avaliação geral, a implementação do Regionalismo Aberto, foi em primeiro lugar altamente “parcial” e “seletiva” [...] Prestando atenção às uniões aduaneiras, os resultados são mistos, e só a América Central parece cumprir com essa meta. Em todos os grupos a liberalização dos serviços, compras públicas ou a inversão entre fronteiras têm sido comparativamente menores. (SANAHUJA, 2009. p.27).

nesse contexto político e histórico que nascem a UNASUL e a ALBA-TCP. A primeira, com foco muito maior em questões de segurança e defesa, projeto alternativo à postura hegemônica estadunidense em relação aos assuntos estratégicos. Já a segunda, foco deste trabalho, tem uma postura extremamente ideológica, anti-liberal e é embasada na defesa da justiça social para os povos da América.

É a partir dessa última revisão sobre como o regionalismo é construído na América Latina, que temos o Regionalismo Pós-Liberal como uma iniciativa que não segue a lógica liberal, sendo suas principais características: não tratar os aspectos de livre comércio como prioridade em suas agendas; a aversão ao poder imperialista dos EUA na região e; o foco nos aspectos sociais.

En la particular narrativa de algunos sectores de izquierda en América Latina, neoliberalismo y globalización son sinónimos, y ambos procesos representan la expresión máxima de la amenaza permanente del imperialismo y/o la intervención extranjera. El Regionalismo Abierto y otras políticas neoliberales son parte de la ideología del *globalismo* y por ello, un intento de debilitar el Estado-Nación y sus capacidades para promover el desarrollo. Consecuentemente, esta visión crítica de la integración regional y la globalización clama por estrategias multilaterales y regionalistas “defensivas”, basadas en el retorno de un fuerte y eficiente Estado y demanda de grupos regionales flertes para rebalancear la relación con Estados Unidos y las instituciones financieras internacionales. De esta forma, el regionalismo y la integración regional están siendo redefinidos como una estrategia de apoyo al ideal nacionalista de un “Estado Desarrollista”. (SANAHUJA, 2012. P.33)<sup>9</sup>

Além dos dois blocos destacados, é por meio de proposta de integração em infraestrutura e financiamento regional, que esse processo fica mais evidente. Surgem a Iniciativa de Integração em Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) em 2000, o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e o Banco do Sul fundado em 2009 – ambos, dentro da estrutura do Mercosul – e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2010.

---

<sup>9</sup> Na particular narrativa de alguns setores de esquerda na América Latina, neoliberalismo e globalização são sinônimos, e ambos processos representam a expressão máxima da ameaça permanente do imperialismo e/ou a intervenção estrangeira. O regionalismo aberto e outras políticas neoliberais são parte da ideologia do globalismo e, portanto, uma tentativa de enfraquecer o Estado-Nação e suas capacidades para promover o desenvolvimento. Consequentemente, esta visão crítica da integração regional e a globalização clama por estratégias multilaterais e regionalistas “defensivas”, baseadas num Estado forte e eficiente e demanda de grupos regionais, flertes com os EUA e as instituições financeiras internacionais. Desta forma, o regionalismo e a integração regional estão sendo redefinidos como uma estratégia de apoio ao ideal nacionalista de um “Estado Desenvolvimentista” (SANAHUJA, 2012. P.33).

Tanto no plano discursivo, quanto no plano de ação, a ALBA-TCP apresenta traços marcantes da Teoria do Sistema Mundo de Immanuel Wallerstein, no momento em que critica o liberalismo econômico e contrapõe centro e periferia de modo a salientar a relação assimétrica entre ambos, o que justifica a busca por uma menor dependência de recursos financeiros externos.

Os princípios bolivarianos, de união entre países latino-americanos e caribenhos, também refletem na atuação do bloco, como se percebe na criação dos projetos e empresas *grannacionais*, que consistem em instituições que visam potencializar as vantagens comparativas dos países envolvidos na busca da superação das assimetrias desses países. Assim, vagas em universidades, capacitação técnica e intelectual, profissionais da saúde e educação, recursos naturais, entre outros fatores, recebem especial atenção no processo de troca intra-bloco. A exemplo da PETROCARIBE, que se destaca na questão energética e consiste no apoio venezuelano para o desenvolvimento de atividades no setor de energia, descontos e financiamento para a compra do petróleo deste país (DALDEGAN DE FREITAS, 2011. p. 10).

Outro aspecto importante, que também remete aos princípios bolivarianos de Grande Nação latino-americana são os esforços por transmitir uma relativa coesão no posicionamento dos países pertencentes ao bloco, quanto aos fenômenos internacionais, ou seja, a politização da política externa. Desse modo, os Comunicados Especiais e Declarações são o meio pelo qual os Ministérios de Relações Exteriores dos países membros procuram emitir posições as mais próximas possíveis sobre questões a nível internacional, com o intuito de transparecer unidade, fortalecendo essa imagem.

Todos esses aspectos que opõem os modelos tradicionais de integração, caracterizam uma rota alternativa, aqui identificada como pós liberal ou pós neo-liberal. Os princípios de complementaridade tomam o lugar dos princípios de competitividade. Vale lembrar que, o fato de não buscar os TLC (Tratados de Livre Comércio), a ALBA-TCP em momento algum exclui a dimensão econômica, ou a vê como menos importante. Na Cúpula de 10 anos de fundação, Evo Morales deixou claro sua preocupação em dialogar com outros blocos latino-americanos, objetivando uma maior complementaridade produtiva.

Complementaria ALBA-TCP / PETROCARIBE / CARICOM / MERCOSUR como espacio de complementariedad económico-productiva. Este paso resulta importante para garantizar la sustentabilidad de los programas y acciones sociales que han elevado la calidad de vida de nuestros pueblos y que han sido el signo distintivo del ALBA-TCP desde su fundación. (XIII Cumbre, 2014).<sup>10</sup>

Nesse sentido, a ALBA-TCP é um bloco que tem como um dos seus principais objetivos, a superação das assimetrias internas (aos países membros) e externas (quanto bloco e América Latina), seguindo uma ideologia dentro dos princípios socialistas e bolivarianos, como proposta inédita – por ser pioneira em questões a exemplo da inclusão Cuba como membro fundador e permanente – e aos moldes socialistas.

Los Jefes de Estado y de Gobierno de Antigua y Barbuda, Bolivia, Cuba, Dominica, Ecuador, Nicaragua, San Vicente y las Granadinas, y Venezuela, países miembros de la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América – Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA – TCP), al conmemorar hoy 19 de abril el Bicentenario del inicio de la lucha por la Independencia venezolana, ratificamos nuestro compromiso con la tarea de consolidar la soberanía de nuestros pueblos y construir el camino hacia el socialismo. (MANIFIESTO, 2010).<sup>11</sup>

Por todos esses motivos, não seria possível analisar as ações e os discursos da Aliança Bolivariana dentro de perspectivas tradicionais a partir das quais se analisam os demais processos de integração. O termo “regionalismo pós liberal” vem sendo discutido e construído com base na revisão do regionalismo aberto, sendo alvo de muitas dúvidas e indefinições, tal qual a ALBA-TCP.

---

<sup>10</sup> 38. Desenhar estratégias e ações concretas que permitam operacionalizar a construção e o desenvolvimento da Zona Econômica Complementar ALBA-TCP / PETROCARIBE / CARICOM / MERCOSUL como espaço de complementação econômico-productiva. Esse passo é importante na medida que garante a sustentabilidade dos programas de ações sociais que vem elevando a qualidade de vida dos nossos povos e que têm sido um diferencial da ALBA-TCP desde a sua fundação. (XIII Cumbre, 2014. Tradução nossa).

<sup>11</sup> Os chefes de Estado e de Governo de Antigua y Barbuda, Bolívia, Cuba, Dominica, Equador, Nicarágua, San Vicente y las Granadinas e Venezuela, países membros da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América – Tratado de Comércio para os Povos (ALBA – TCP), ao comemorar hoje, 19 de abril, o Bicentenário do início da luta pela Independência Venezuelana, ratificamos nosso compromisso com a tarefa de consolidar a soberania dos nossos povos e construir um caminho em direção ao socialismo (MANIFIESTO, 2010. Tradução nossa).

### 3 O NASCIMENTO DA ALBA-TCP

O objetivo deste capítulo é elucidar em que consiste o bloco. Na primeira parte analisaremos o surgimento institucional do bloco, quem são seus membros, seus objetivos e princípios. Na segunda parte, será feita uma explanação acerca de sua composição jurídica e institucional, bem como as funções e a atuação de cada órgão. Por fim serão tratados, ainda quanto a institucionalidade da ALBA-TCP, os projetos e empresas transnacionais (desde seu conceito até sua aplicabilidade) e as missões sociais como mecanismo de atuação em âmbito doméstico como políticas públicas aplicadas em campos como o da saúde, da educação, alimentação e moradia. A análise será feita com base, principalmente, em documentos oficiais e os tratados realizados pelos membros da ALBA-TCP. Em meio aos processos de integração que nascem com o fim da Guerra Fria, a ALBA-TCP surge como um processo alternativo aos demais existentes, seja no campo político, econômico ou social.

O primeiro passo em direção à formulação da proposta para criar a ALBA-TCP se deu na III Cúpula das Américas que ocorreu em Québec, em 2001. Nesta ocasião, o presidente venezuelano Hugo Chávez se posicionou oficialmente contra à proposta norte-americana de criação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas). Tal declaração, mais tarde com o apoio do então presidente cubano Fidel Castro, seria o início da idealização e da implementação do bloco. No fim do mesmo ano, na III Cúpula de Estado e de Governo da AEC (Associação de Estados do Caribe), Chávez expôs a ALBA como uma proposta alternativa de integração econômica, social, política e cultural para América Latina e Caribe.

Atualmente, além de Venezuela e Cuba, a ALBA é composta por Bolívia, que ingressou em 2006, Nicarágua em 2007, Dominica e Honduras<sup>12</sup> em 2008, Equador, São Vicente e Granadinas e Antígua e Barbuda em 2009, Haiti e Suriname – que em 2012 passaram a fazer parte do bloco como membros observadores – Santa Lúcia em 2013 e São Cristóbal e Neves e Granada que ingressaram ao bloco recentemente na XIII Cúpula ocorrida em dezembro de 2014, em razão da comemoração do décimo aniversário da Alternativa Bolivariana.

Podemos perceber, com base em documentos, que sua criação está sensivelmente ligada à herança libertária de ícones que lutaram em nome dos povos

---

<sup>12</sup>Em 2009 o presidente de fato, Roberto Micheletti emitiu, durante um Conselho de Ministros, um decreto executivo, através do qual afirmou que Honduras deveria deixar o bloco.

da América Latina, pois a ideia de integração que se tem cunhada por um modelo socialista é o resultado da influência de personagens como Bolívar, Martí, Sucre, O'Higgins, San Martín, Hidalgo, Petión, Mazorán, Sandino e outros nomes com peso nas lutas independentistas contra a metrópole europeia e EUA. Segundo os idealizadores da ALBA-TCP, o bloco tem como função, resgatar esse princípio nacionalista solidário, “sin nacionalismos egoístas ni políticas nacionales restrictivas que nieguen el objetivo de construir una Patria Grande en la América Latina”. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014) <sup>13</sup>

A ALBA-TCP se diferencia dos demais blocos latino-americanos em vários aspectos, mas principalmente no âmbito jurídico e econômico. No jurídico, ela se estabelece fora dos padrões neoliberais de integração, pelos quais se subentendem que uma integração perfeita deve seguir etapas de evolução que passam pela Área de Livre Comércio, pela União Aduaneira, pelo Mercado Comum, uma União Econômica e Monetária e chegam na União Política. No âmbito econômico, não se nega a importância do comércio ou de políticas financeiras, mas se pensa no aspecto econômico em prol do desenvolvimento social equitativo.

El comercio y la inversión no deben ser fines en sí mismos, sino instrumentos para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, pues la verdadera integración latinoamericana y caribeña no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos o estimular el comercio. Para lograrlo, se requiere una efectiva participación del Estado como regulador y coordinador de la actividad económica. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014).<sup>14</sup>

O foco da agenda dessa organização está pautado no desenvolvimento autossustentável e autogerido dos países membros, com foco ainda maior em suas potencialidades, como mais tarde será abordado. Nessa agenda se destacam principalmente a preocupação dos líderes com os sistemas de saúde e educação, buscando pelos tratados de cooperação a manutenção desses pontos. Este se trata inclusive de um conceito resgatado pela academia

Com base nessa definição, devemos distinguir uma organização de integração regional de acordos regionais de integração econômica que visam

<sup>13</sup> Sem nacionalismos egoístas nem políticas nacionais restritivas que neguem o objetivo de construir uma Pátria Grande na América Latina (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014) Tradução nossa.

<sup>14</sup> O comércio e a inversão não devem ser fins em si mesmos, senão instrumentos para alcançar um desenvolvimento justo e sustentável, pois a verdadeira integração latino-americana e caribenha não pode ser fruto do mercado, nem uma simples estratégia para ampliar mercados externos ou estimular o comércio. Para alcançar tal princípio, se requer uma efetiva participação do Estado como regulador e coordenador da atividade econômica. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014) Tradução nossa.

a criar áreas de livre-comércio, uniões aduaneiras, mercados comuns ou uniões monetárias. Ainda que a Integração econômica possa ser promovida intencionalmente como uma etapa de um processo de integração regional, como o advogado pelos funcionalistas, a integração regional como aqui definida, envolve também questões sociais, políticas e culturais. (HERZ; HOFFMANN, 2004. p. 169).

Tradicionalmente, a inserção da América Latina no Sistema Internacional se dá de maneira muito dependente do capital externo e da dinâmica capitalista dominante. O regionalismo aos moldes da ALBA, propõe uma revisão da forma com a qual a região se manifesta no contexto internacional da globalização, tendo uma postura extremamente crítica ao imperialismo norte-americano e ao subdesenvolvimento proveniente das relações Centro-Periferia. Os formuladores da ALBA, vêm o modelo neoliberal como um processo falido, no que diz respeito a atender as demandas de desenvolvimento da América Latina, propondo ao âmbito econômico projetos calcados em elementos básicos de complementaridade entre as economias e da solidariedade entre os países membros. Essa postura de resposta às iniciativas falhas do governo norte-americano para a América Latina, de criação da ALCA, está presente em seu próprio tratado constitutivo.

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014) <sup>15</sup>

Partindo do ponto de vista dos objetivos e dos princípios constitutivos da Alternativa Bolivariana, é fácil encontrar ligação com a teoria do Sistema Mundo Moderno de Immanuel Wallerstein (1947), pela oposição ao centro capitalista que divide o sistema entre dominados e dominadores. O forte caráter anti-imperialista, anticapitalista e a ideia de um Estado forte controlando a dinâmica econômica, reforça a contraposição desse tipo de regionalismo em relação aos modelos liberais. A ALBA tem origem na busca por respostas às demandas latino-americanas referente aos

---

<sup>15</sup> Destacamos que a Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) é a expressão mais completa dos interesses de dominação sobre a região e que, entrando em vigor, constituiria um aprofundamento no neoliberalismo e criaria níveis de dependência e subordinação sem precedentes (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2014) Tradução nossa.

problemas em comum que muitos desses países apresentam, a partir de uma ótica inovadora, quando comparada aos modelos tradicionais.

Desde sua constituição, são claras suas posições de orientação socialista. Posições que ficam clara inclusive em seus documentos:

[...] construir una base económica independiente, desarrollada y socialista [...] Los países del ALBA hemos comenzado a esbozar experiencias económicas de construcción de un modelo alternativo de soberanía económica. Nos proponemos la construcción y consolidación de un Espacio de Interdependencia, Soberanía y Solidaridad Económica que eleve a una mayor dimensión los proyectos y empresas transnacionales, el Tratado de Comercio de los Pueblos, el SUCRE y el Banco del ALBA, como elementos en construcción de una Zona Económica Común. (MANIFESTO 2010).<sup>16</sup>

Também ficam claras essas posições, ao longo dos anos, pelos fortes discursos de seu idealizador, Hugo Chávez e seu principal apoiador Fidel Castro. Essa talvez seja uma das mais gritantes peculiaridades desse mecanismo regional: Cuba como país membro e constituinte de um bloco de integração. A ascensão de governos ideologicamente contrários ao centro hegemônico norte-americano e a força de regimes nacionalistas ajudam a entender e justificar o entusiasmo dessa iniciativa.

Assim como os objetivos, os princípios do bloco enfatizam a relação ideológica com o socialismo do século XXI, conceito retomado por Hugo Chávez que idealizou a recuperação dos princípios bolivarianos para a integração. Entre os 12 princípios, destacam-se cinco que resumem os pontos fundamentais que regem as políticas da aliança:

I. A complementaridade econômica, a cooperação entre os países participantes e a não competição entre países e produções, de tal forma que promova uma especialização produtiva, eficiente e competitiva que seja compatível com o desenvolvimento econômico equilibrado em todos os países, com as estratégias de luta contra a pobreza e para a preservação da cultura e a identidade dos povos. II. Cooperação e solidariedade são traduzidos em planos especiais para os países menos desenvolvidos da região, deve incluir um plano continental contra o analfabetismo, utilizando modernas tecnologias que já foram testados na Venezuela, um plano latino-americano de cuidados de saúde gratuitos para os Cidadãos que carecem de tais serviços e para bolsas de estudo de carácter regional em áreas de

<sup>16</sup> [...] Construir uma base econômica independente, desenvolvida e socialista [...] os países da ALBA já esboçam experiências econômicas e de construção de um modelo alternativo de soberania econômica. Nos propusemos à construção e consolidação de um Espaço de Interdependência, Soberania e Solidariedade Econômica que eleve a uma maior dimensão dos projetos e empresas transnacionais, o Tratado de Comércio para os Povos, o SUCRE e o Banco da ALBA, como elementos em construção de uma Zona Econômica Comum (MANIFESTO 2010) Tradução nossa.

grande interesse para o desenvolvimento econômico e social; III. Integração Energética entre os países da região, o que garante a estabilidade do fornecimento de produtos energéticos nos interesses das empresas latino-americanas e caribenhas, como defendido pela República Bolivariana da Venezuela Com a criação da PETROAMERICA; IV. Defesa da cultura latino-americana e caribenha e da identidade dos povos da região, com especial respeito e promoção das culturas autóctones e indígenas. Criação da Televisão do Sul (Telesur) como um instrumento alternativo ao serviço da divulgação de nossas realidades. V. Coordenação das posições nas esferas multilateral e nos processos de negociação de todos os tipos com os países e blocos de outras regiões, incluindo a luta pela democratização e transparência nas organizações internacionais, particularmente nas Nações Unidas e suas agências. (PRINCÍPIOS DA ALBA, 2010).

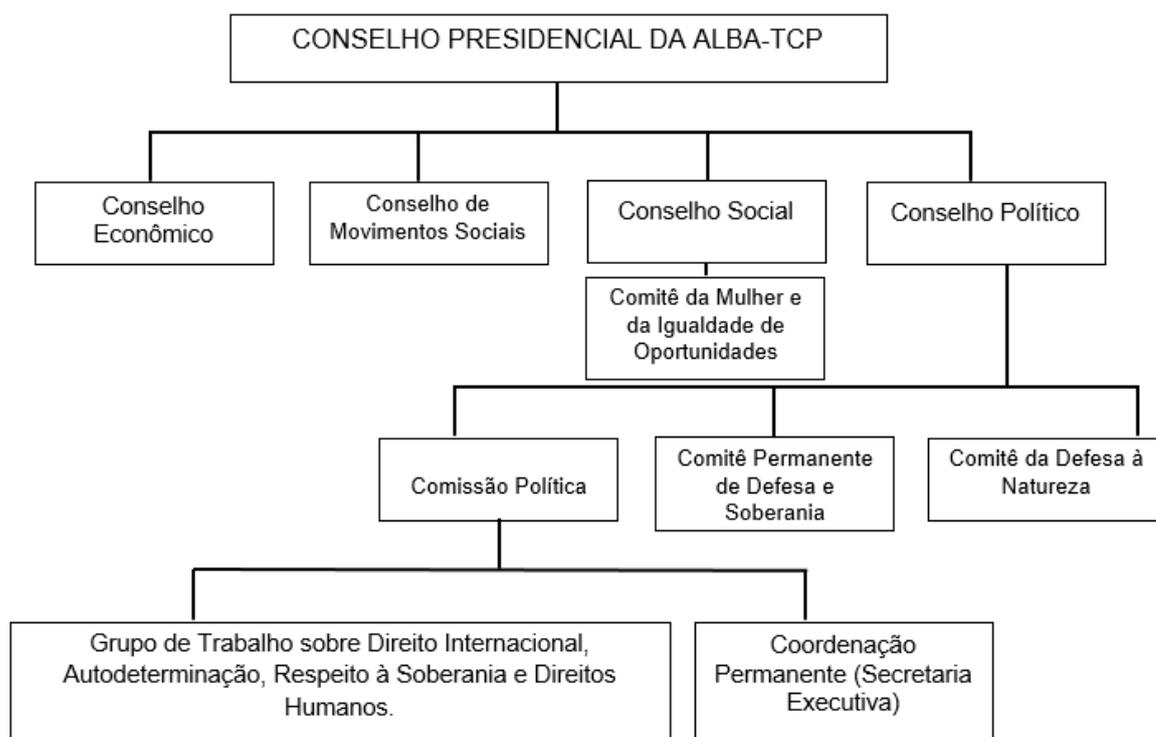
O primeiro princípio destacado, diz respeito ao que já foi mencionado sobre a complementaridade economia e também produtiva entre os países membros. Este elemento pode ser analisado, até certo ponto pela teoria das vantagens comparativas, salvo que no caso da complementaridade no presente bloco não visa a mais valia e sim a superação de desigualdades nas áreas de alimentação, saúde, educação e moradia. Seria uma espécie de redistribuição de bens e serviços, produzidos pelos países partes de acordo com a especialidade e potencialidade de cada um. O segundo, entende-se como uma complementação do anterior, uma vez que trata ainda da complementaridade na formulação de programas regionais capazes de suprir as necessidades em termos, especialmente, de educação, saúde e erradicação da miséria.

O terceiro princípio, está relacionado aos interesses estratégicos do bloco. Para além deste princípio defende-se a ideia de nacionalização de empresas que englobam questões estratégicas como mineração e energia. O quarto se refere à preservação da cultura e da identidade latino-americana e da criação de meios de comunicação alternativos aos controlados pela mídia alinhada ao centro, como forma de disseminação da cultura e das notícias veiculadas de acordo com a opinião e a realidade da própria América Latina. O último princípio destacado corresponde em primeiro lugar à politização da política externa, a partir deste princípio foram criados mecanismos (mais adiante analisados) para que sejam emitidas declarações acerca de questões internacionais, o menos divergente possível entre os países membros. E em segundo lugar, é um apelo ao respeito do princípio democrático e da imparcialidade de organismo internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e as agências juridicamente internas a ela.

### 3.1 ORDENAMENTO JURÍDICO DO BLOCO: O GRAU DE INSTITUCIONALIZAÇÃO.

Quanto à estrutura e o funcionamento da ALBA-TCP, segundo a ata da VIII Cúpula - La Habana, Cuba - ESTRUCTURA Y FUNCIONAMIENTO DEL ALBA-TCP (2009), o bloco se divide em três Conselhos Ministeriais (Político, Econômico e Social) e um Conselho de movimentos sociais. Essa estrutura é classificada como básica e permanente. Há, em menor instância estruturas específicas flexíveis a ajustes que vão de acordo com as realidades e necessidades dos países partes. Desse modo as responsabilidades se subdividem em Comitês – que trabalham questões que demandam mais tempo – e Grupos de Trabalho – que abordam temas de curto prazo onde a resolução seja o cumprimento da tarefa tida na conclusão. No quadro abaixo, pode-se ver como estão divididos os organismos internos à ALBA, para posteriormente analisarmos suas respectivas funções.

QUADRO 1 – ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DA ALBA-TCP



Elaborado pela autora. Fonte: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/structure-and-functioning-alba-tcp>>

### **Conselho Presidencial**

O Conselho Presidencial é a instância máxima de poder, dentro do bloco. Sua função está ligada à deliberação, decisão e orientação política do bloco. Este Conselho é composto pelos chefes de Estado e/ou do corpo do Governo dos países membros e está subdividido em outros 4 conselhos.

### **Conselho Econômico**

Compõem este conselho, os ministros de áreas como indústria, economia, finanças, comércio, planejamento e desenvolvimento. Cada ministro designado pelo seu respectivo país membro. Sua função está diretamente ligada à coordenação de estratégias, políticas e projetos que tenham por objetivo estruturar uma Área Econômica de Desenvolvimento Compartilhado da ALBA-TCP, baseada na complementação produtiva, agroalimentar, industrial, energética, comercial, financeira e tecnológica e regida pelo Tratado de Comércio para os Povos (TCP). Dentro do Conselho Econômico encontram-se os seguintes Grupos de Trabalho: Integração Energética; Segurança e Soberania Alimentar; Complementaridade Comercial; Soberania Tecnológica; Complementação Produtiva e Industrial; Nova Arquitetura Financeira Regional; Turismo; Infraestrutura e Transporte; Doutrina de Propriedade Intelectual; Resolução de Controvérsias. O Conselho Econômico, tem dois níveis de atuação. O primeiro é o Ministerial, onde os coordenadores das políticas se reúnem numa frequência estabelecidas por eles, para o desenvolvimento de estratégias. O segundo é o Técnico, que conforme solicitado pelo nível Ministerial, desenvolve estudos, elabora propostas ou formula projetos prévios à execução de políticas econômicas comuns. Na ata da VIII Cúpula de 2009, se expressou a intensão de transformar o Nível Técnico em um Grupo de Trabalho Permanente e ad hoc<sup>17</sup>. Entre as funções do Nível Técnico, está o estabelecimento de critérios das políticas produtivas do Bloco; a avaliação dos Projetos Granacionais, bem como sua efetividade e execução; o desenvolvimento de estratégias para a expansão e orientação do comércio regional e para o compartilhamento de recursos materiais e humanos visando a pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico; o desenvolvimento de políticas com tendência à constituir um sistema financeiro integrado da Zona

---

<sup>17</sup> Ad hoc é uma expressão latina cuja tradução literal é "para isto" ou "para esta finalidade". É mais empregada no contexto jurídico, no sentido de "para um fim específico". Exemplo: um conselho "ad hoc" (nomeado apenas para um determinado ato jurídico).

Econômica; e esforços para funcionamento do Conselho Monetário Regional (SUCRE), do Banco da ALBA e outras instituições econômicas da ALBA-TCP.

### **Conselho de Movimentos Sociais (CMS)**

Considerado a principal via para a integração e participação social ativa na ALBA-TCP. Classificado como um espaço anti-imperialista, anti-neoliberal, seu principal objetivo é o aumento da segurança social e bem-estar da população de acordo com princípios de sustentabilidade, justiça social e respeito à soberania dos povos. Suas funções são articular Movimentos Sociais de países membros, e não membros que tenham afinidade com os princípios do bloco e apoiem a ampliação do processo da ALBA-TCP, apresentar ao Conselho Presidencial das propostas, projetos, declarações e iniciativas dos movimentos sociais, a avaliação e proposta de programas de cooperação dos movimentos sociais dos países não membros da ALBA-TCP, a ampla divulgação dos objetivos, ações e resultados do bloco, a continuidade dos Projetos Granacionais desde a perspectiva dos movimentos sociais e o fortalecimento da mobilização e da participação ativa dos movimentos sociais de cada país em relação aos projetos e iniciativas da ALBA-TCP.

### **Conselho Social**

O Conselho Social é composto por ministros das áreas sociais. Sua função é a implementação e acompanhamento da execução dos Programas Sociais promovidos pelos demais conselhos e comitês. Dentro dele estão subordinados alguns Grupos de Trabalho [...] en las áreas de educación, salud, empleo, vivienda, cultura, deporte y otras (VIII CÚPULA, 2009)<sup>18</sup>.

#### *a) Comitê da Mulher e de Igualdade de Oportunidades.*

Subornado juridicamente ao conselho social, este comitê constitui um espaço de garantia para o ativismo feminino dentro da ALBA-TCP, bem como de abordagem de questões de gênero como elemento de integração.

### **Conselho Político**

Composto pelos Ministros de Relações Exteriores de cada país membro e trabalha no assessoramento do Conselho Presidencial em questões político

---

<sup>18</sup> [...]nas áreas de educação, saúde, emprego, moradia, cultura, esporte e outras (VIII CÚPULA, 2009) Tradução nossa.

estratégicas e na formulação de debates após a apresentação de propostas de questões acerca de Política Internacional. Sua principal função é a de coordenação e orientação estratégica para o funcionamento do bloco, para tanto trabalha na emissão de declarações e decisões oficiais, na discussão e definição de agendas e estratégias de questões políticas, econômicas e sociais entre os membros, no recebimento de informação e emissão de opiniões e sugestões sobre a atividade dos demais conselhos e órgãos, na avaliação e aprovação de projetos, agendas e documentos propostos pela Comissão Política e pela Coordenação Permanente para posteriormente submeter tais questões aos Conselhos Presidenciais, na revisão e na aprovação de propostas quanto a estrutura e as funções das instâncias da ALBA-TCP em todos os níveis. Dentro do Conselho Político existem 3 órgãos diretamente vinculados, de menos instância.

*a) Comitê de Defesa à Natureza.*

Comitê composto pelos Ministros do Meio Ambiente dos países membros, e tem como objetivo central, harmonizar as políticas econômicas e de desenvolvimento com o conceito de preservação do meio ambiente, levando em consideração as necessidades das gerações presentes e futuras.

*b) Comitê Permanente de Defesa e Soberania.*

Segundo os documentos oficiais, este comitê ainda não apresenta uma forma consolidada de atuação. Prevê-se que deve ser constituído pelos Ministros de Defesa dos países membros, e tem como objetivo e função, a definição de estratégias em questão de segurança e defesa e a implementação de escolas militares que tenham em seus princípios a dignidade e a defesa da soberania defendidos pelos mesmos defensores independentistas que influenciaram a criação da ALBA-TCP.

*c) Comissão Política*

A Comissão Política é composta por alto funcionário de Relações Exteriores e é a principal instância de coordenação política operacional. Entre suas funções se destacam a definição das agendas de reuniões do Conselho Político e o suporte à definição de temáticas dos demais Conselhos, Comitês e Grupos de Trabalho com base nos assuntos de maior interesse no âmbito de política externa; a definição da estratégia e do plano de comunicação da ALBA-TCP; a avaliação política e aprovação dos programas e Projetos Internacionais de cooperação e integração após serem

avaliados pela Coordenação Permanente; e propor as ações de intercâmbio com outros grupos e organismo regionais e verificar seu cumprimento.

*c.a) Grupo de Trabalho sobre Direito Internacional, Autodeterminação, Respeito à Soberania e Direitos Humanos.*

Este órgão é instância subordinada à Comissão Política e tem como principal objetivo o desenvolvimento de uma proposta de linhas gerais para a criação de uma instância própria, com maior grau de autonomia que permita o fortalecimento do bloco e contribuir para o debate e o posicionamento internacional dos países membros a partir de uma visão integracionista e intercultural acerca dos princípios fundamentais da ALBA-TCP.

*c.b) Coordenação Permanente (Secretaria Executiva).*

É composta pelos Coordenadores Nacionais designados por cada um dos países membros. Dentre estes, um Coordenador Permanente – eleito pela Comissão Política – tem função de coordenar a gestão do órgão junto aos demais e ocupa esse cargo pelo período de 2 anos. Sua sede é em Caracas, na Venezuela que garante a logística necessário, bem como os recursos mínimos para o seu funcionamento. A Secretaria Executiva é o órgão operativo de apoio à Coordenação Permanente, para execução e continuidade das decisões e mandatos. Composta por um secretário executivo – cargo equivalente ao de presidência –, um secretário adjunto e os diretores de cada Equipe de Trabalho que a compõem, sendo elas: 1) Equipe de Seguimento e Controle, trabalha no controle e avaliação dos impactos das atividades e projetos do bloco em vista da sua consolidação efetiva; 2) Equipe de Estatísticas e Dados, trata do gerenciamento de informações e estatísticas para servir de base na tomada de decisões dos organismo de direção da ALBA-TCP; 3) Equipe de Comunicação e Informação, promove e divulga os avanços da ALBA-TCP para sua consolidação como bloco de integração regional latino-americana e caribenha; Equipe de Apoio e Gestão, que coordena as atividades do bloco e das entidades responsáveis pelo seu desenvolvimento, baseada na manutenção da comunicação internet entre as estruturas organizativas da ALBA-TCP.

Para mais além da estrutura organizacional da ALBA-TCP, seu grau de institucionalidade poder ser analisado ainda pelas instituições cridas no âmbito do

bloco, principalmente na esfera econômica e financeira. É o caso do Banco da ALBA e do Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagos (SUCRE).

O primeiro, segundo ACTA FUNDACIONAL DEL BANCO DEL ALBA, assinada em ocasião da VI Cúpula, em Caracas no ano de 2008, se refere a uma proposta feita pela Bolívia juntamente com Cuba, Nicarágua e Venezuela, com o objeto de “desarrollar, promover y fomentar la integración económica y social de las naciones” (VI CÚPULA, 2008)<sup>19</sup>. A proposta se baseia na necessidade de acelerar o crescimento econômico, gerando empregos locais com foco nos índices de desenvolvimento humano colaborando para diminuição dos níveis migratórios e destaca a importância de institucionalizar questões econômicas para com isso fortalecer a ideia de integração regional proposta pela ALBA-TCP. Através do Banco da ALBA busca-se maior liquidez ao desenvolver os mercados financeiros internos, canalizando recursos para o financiamento de programas e projetos de caráter nacional e regional dando ênfase ao comércio justo. Outro ponto reafirmado na presente ata é o investimento em infraestrutura como resultado de uma integração física entre os países membros no que tange à distribuição de bens e serviços.

Para os idealizadores da proposta, a almejada nova arquitetura financeira regional requer instituições que sejam criadas e dirigidas pelos países membros, sendo elas então, dotadas de maior autonomia e livrando suas respectivas economias do condicionamento de instituições financeiras internacionais a exemplo da Organização Mundial do Comércio (OMC) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Serviría, por un lado, para asegurar la autonomía financiera de la región, erradicando la tradicional supervisión que ha ejercido el FMI sobre la política macroeconómica de todos los países. Permitiría, además, constituir una gran reserva en divisas para reemplazar el rol que cumplen los organismos internacionales en las situaciones de crisis, como prestamistas de última instancia. (KATZ e HAINE, 2006, p.18).<sup>20</sup>

As funções descritas na ata, indicam o financiamento de programas e projetos de desenvolvimento em setores estratégicos visando as potencialidades produtivas e sua máxima eficiência, o desenvolvimento técnico-científico e pesquisa, a

---

<sup>19</sup> [...]objetivo de desenvolver, promover e fomentar a integração econômica e social das nações (VI CÚPULA, 2008) Tradução nossa.

<sup>20</sup> Serviria, por um lado, para assegurar a autonomia financeira da região, erradicando a fiscalização tradicional que tem exercido o FMI sobre a política macroeconômica em todos os países. Permitiria, também, construir uma grande reserva em divisas para substituir o papel desempenhado pelas organizações internacionais em situações de crise, como financiadores de última instância. (KATZ e HAINE, 2006, p.18). Tradução nossa.

maximização do uso de matérias primas locais e regionais; proteção de recursos naturais; financiamento de projetos de desenvolvimento em setores sociais visando a redução dos índices de pobreza; a erradicação da miséria extrema, da exclusão étnica, social e de gênero.

O Banco da Alba tem apoiado os projetos grã-nacionais para o desenvolvimento social dos países membros, tais como o Fundo de Cultura Alba e o Albamed. Foi desenvolvida ainda uma carteira de projetos no âmbito de energia, ambiente e telecomunicações e, igualmente, o banco colabora na administração do Fundo Alba-Petrocaribe. Outra questão estratégica refere-se ao fortalecimento das relações comerciais entre Venezuela e Bolívia, com a criação no próprio banco do Programa Piloto de Financiamento Intra-Alba. (SEABRA, 2013. p.18).

A proposta ainda, prevê um banco autossustentável apoiado em práticas internacionais de eficiência financeira que garantam a geração de novos recursos a serem revertidos nos países membros. Sua gestão é baseada na representação igualitária de parte cada um dos países que integram a iniciativa seguindo o princípio democrático. Sua estrutura jurídica está composta pelos seguintes órgãos: Conselho Ministerial, Diretório Executivo, Presidência do Diretório Executivo, Secretaria Executiva do Conselho Ministerial e do Diretório Executivo, Coordenação da Secretaria Executiva do Conselho Ministerial e do Diretório Executivo, Coordenação do Despacho da Presidência do Diretório Executivo, além de outros comitês e oficinas de menor peso e distribuídas em diferentes instâncias. Atualmente fazem parte do bloco a Venezuela, Cuba, a Bolívia, a Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Dominica.<sup>21</sup>

Já o SUCRE, pode ser considerado um mecanismo de complementação para a iniciativa de criação do Bando da ALBA. Ele tem seu marco institucional também em 2008, quando foram anunciados seus princípios e objetivos durante a III Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da ALBA-TCP. O SUCRE consiste num mecanismo que objetiva a canalização dos pagamentos internacionais que resultam das operações de comércio recíproco entres seus países integrantes. Tal mecanismo funcionaria com base na utilização de uma moeda virtual, denominada sucre, para o registro de operações entre os bancos centrais dos, sempre quando a liquidez local (pagamentos de exportações e cobranças aos importadores) seja realizada com as respectivas moedas locais dos países membros.<sup>22</sup>

---

<sup>21</sup> Mais informações são encontradas no site oficial do Banco ALBA: <http://www.bancodelalba.org/>

<sup>22</sup> No equador essa transação é realizada em dólares.

Com isso, os principais objetivos do SUCRE estão relacionados à expansão do comércio intrabloco, fazendo do SUCRE a base das iniciativas de integração econômica e financeira entre os países signatários. Seguindo a lógica dos princípios de complementaridade, cooperação, solidariedade, respeito à soberania e a dimensão social, se pretende, a partir da conversão em moeda virtual, diminuir os custos transnacionais do intercâmbio comercial. Esse objetivo reafirma os compromissos da ALBA-TCP e dos órgãos criados sob seus princípios, de acelerar o processo de transformação, que vai do enfrentamento à ALCA até a conformação de um modelo de integração antiimperialista e anticapitalista para o subcontinente. (SEABRA, 2013. p.18).

Tanto o Banco da ALBA quanto o SUCRE, são iniciativas que contrapõe instituições financeiras internacionais como a OMC e o FMI, criando uma alternativa antissistêmica para financiar projetos e gerenciar as economias dos países membros de modo soberano e autônomo, reafirmando seu princípio de cooperação, e integração para além das questões capitalistas como ocorre em outros processos de integração, de orientação neoliberal.

### **3.2 O REFLEXO DO BLOCO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DOS ESTADOS MEMBROS: DAS *MISIONES SOCIALES* ÀS *GRANNACIONALES* E O PETROCARIBE**

Nesse capítulo serão abordadas as Missões Sociais, as Granacionais como iniciativas alternativas dentro da ALBA-TCP e o Petrocaribe como uma organização externa que trabalha em conjunto com o bloco para alcançar objetivos de igualdade social e autonomia econômica, financeira e energética na região. Se buscará definir os conceitos referente a estes mecanismos, bem como partir de exemplos para entender seus reais objetivos e como funcionam.

#### **Missões sociais**

Tanto as Missões Sociais como os projetos ou empresas Granacionais surgem como respostas às necessidades da população e como concretização dos princípios que regem a aliança descrita na ALBA-TCP. As missões sociais consistem na formulação conjunta de políticas relacionadas aos direitos humanos fundamentais como educação, saúde, alimentação e inclusão social. Há de ser frisada a forte relação do surgimento destas políticas, com a crise de legitimidade que o governo de

Hugo Chávez enfrentou em 2002 na Venezuela, caracterizando as missões como parte de uma [...] “estrategia electoral para afrontar, en un ambiente políticamente adverso, el Referendo Revocatorio del Mandato Presidencial convocado por iniciativa de sectores de oposición” (D’ELIA, QUEIROZ, 2010. p.1)<sup>23</sup>. Durante esse período o governo chavista se dedicou no empreendimento de reformas sociais, muitas delas previstas no Plano de Desenvolvimento Econômico Nacional (2001-2007).

As Missões Sociais consistem em programas ou políticas públicas para a região e voltada aos grupos sociais mais carentes dos países que compõem o bloco. A partir desse mecanismo alavancado pela Venezuela com o apoio de Cuba, procura-se garantir uma das propostas do Socialismo do Século XXI, onde o Estado tem obrigação ser o provedor do bem-estar social e econômico da população, seguindo a lógica da comunidade e da distribuição justa de bens e serviços. Para alcançar tais objetivos, trabalha-se de um lado com as potencialidades dos países partes e do outro, com as necessidades presentes nos países que se beneficiam desse projeto, sempre visando a troca de serviços entre os países onde este venha a ser aplicado.

É possível destacar que no período imediato à implementação das primeiras Missões Sociais, o apoio popular se mostrou significativo. Isso se deve ao esforço, principalmente do governo venezuelano em concretizar o alcance social e territorial das políticas nascentes.

La rápida instalación de “puestos” al interior de las zonas populares con personal de servicio articulado con organizaciones sociales de las propias comunidades, afianzó la idea de priorizar las demandas de la base social, integrar a los sectores excluidos –en sus dimensiones sociales y territoriales– y estar en comunión con el “protagonismo” popular. (D’ELIA, QUEIROZ, 2010. p.5).<sup>24</sup>

Assim, podemos afirmar que as Missões Sociais são uma série de programas sociais e políticas públicas delineadas pelos governos e financiadas pelas entidades financeiras internas ao bloco, com o objetivo de ocupar as lacunas ainda existentes em termos de direitos fundamentais. Nesse sentido, podemos subdividir as Missões em 4 áreas principais, para melhor compreender seus objetivos e ordenamento, sendo

---

<sup>23</sup> [...]estratégia eleitoral para afrontar, em um ambiente politicamente adverso, o Referendo Revocatório do Mandato presidencial convocado por iniciativa de setores da oposição (D’ELIA, QUEIROZ, 2010. p.1). Tradução nossa.

<sup>24</sup> A rápida instalação de “postos” no interior das zonas populares com pessoal de serviço articulado com organizações sociais das próprias comunidade, reforçou a ideia de priorizar as demandas da base social, integrar aos setores excluídos – em suas dimensões sociais e territoriais – e estar em comunhão com o “protagonismo” popular. (D’ELIA, QUEIROZ, 2010. p.5). Tradução nossa.

elas: educação, saúde, alimentação e comunicação. Antes de falar sobre cada um dos projetos, podemos ver no quadro abaixo, como se dividem as principais Missões:

QUADRO 2 – ÁREAS E PROJETOS ABORDADOS PELAS MISSÕES SOCIAIS

EDUCAÇÃO	Robinson I
	Robinson II
	Ribas
	Sucre
	Fondo Cultural
SAÚDE	Barrio Adentro I
	Barrio Adentro II
	Barrio Adentro III
	Barrio Adentro Deportivo
	Milagro
	Boticas Populares
	ELAM
ALIMENTAÇÃO	Mercal Establecimientos
	Mercal Alimentación
	Mercal Programas Especiales
COMUNICAÇÃO	Telesur
	Rádio del Sur
	ALBA TV

Elaborado pela autora.

A primeira área a ser tratada é a Educação. Dentro dessa temática temos, em primeiro lugar, a *Misión Robinson I e II*. “En homenaje a Don Simón Rodríguez, ilustre hombre de letras, mentor del Libertador Simón Bolívar, cuyo seudónimo era *Samuel Robinson*” (ALVARADO CHACÍN, 2004, p.193).<sup>25</sup> Esse projeto está direcionado à educação fundamental. Dividido em duas fases, a primeira tem como objetivo zerar os índices de analfabetismo nos países do bloco, enquanto a segunda visa incorporar essa população recém alfabetizada, no sistema de ensino fundamental. Este projeto

<sup>25</sup> Em homenagem a Don Simón Rodríguez, ilustre homem de letras, mentor do Libertador Simón Bolívar, cujo pseudônimo era Samuel Robinson (ALVARADO CHACÍN, 2004, p.193) Tradução nossa.

é baseado no programa cubano de alfabetização, denominado “*Yo si, puedo*”. A *Missão Robinson* conta com o auxílio de professores e demais profissionais da educação cubanos.

De seu lado, a Venezuela oferece em troca dos serviços cubanos, transferência de tecnologia e financiamento nos setores energético e de infraestrutura, cursos de formação e bolsas de trabalho a 45 mil médicos cubanos. Ficou acordado também que esses projetos poderiam ser extensivos a terceiros países [...] (FRITZ, 2007. P.10 apud PÁDUA, 2012. P.67)

Além da Venezuela, países como Bolívia, Nicarágua e Equador, também foram alcançados pelo projeto. Essa política possibilitou que em 2005, a Venezuela fosse considerada pela UNESCO País Livre do Analfabetismo (GONÇALVES, 2011. P.47).

A segunda política educacional dentro das Missões é a *Misión Ribas*, que é dedicada à formação daqueles que concluem o ensino fundamental (em especial aqueles que passaram pela Missão Robinson II). Esse projeto propõe um sistema de educação e capacitação tendo em vista a incorporação da população tanto no mercado de trabalho produtivo quanto no sistema de educação superior. O programa que é totalmente gratuito, não aplica distinção de idade e prevê bolsas de estudos para a inclusão da população menos favorecida. (ALVARADO CHACÍN, 2004. P. 195). Este projeto é considerado etapa anterior à *Misión Sucre*, que consiste em proporcionar a inclusão da população com ensino médio completo, que queira ingressar no ensino superior e que por qualquer razão não tenha conseguido entrar por meio de outros processos seletivos. Vale ressaltar que em Cuba, os maiores investimentos voltaram-se para os cursos na área de medicina.

A segunda área a ser analisada é a da saúde, um dos projetos mais relevantes no campo da saúde é o Barrio Adentro em suas etapas I, II e III.

Forma parte del Sistema Público Nacional de Salud, se define como una estrategia basada en el rescate de la filosofía, objetivos y principios de la Atención Primaria en Salud (APS) en Venezuela, creada como política de Estado para contribuir a dar respuesta a la deuda social acumulada. (SANCHÉZ, 2006. P.24)<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> Faz parte dos Sistema Público Nacional de saúde, se define como uma estratégia baseada no resgate da filosofia, objetivos e princípios da Atenção Primária em Saúde (APS) na Venezuela, criada como política de Estado para contribuir e dar resposta à dívida social acumulada. (SANCHÉZ, 2006. P.24) Tradução nossa.

O *Barrio Adentro I*, consiste numa Área de Saúde Integral Comunitária, que atende uma região territorial específica, provendo medicamentos gratuitos e a manutenção de redes de consultórios populares. O *Barrio Adentro II* é constituído por um Centro de diagnóstico integral (CDI), e de Salas de Reabilitação Integral (SRI) e se dedica a prover atenção especializada, 24 horas por dia aos usuários do Barrio Adentro I e da população necessitada. O *Barrio Adentro III*, tem como objetivo garantir a atenção hospitalar aos usuários das etapas I e II, para tanto está prevista a reabilitação de centros hospitalares e a construção de novos centros cardiológicos. (D'ELIA, QUEIROZ, 2010). Vale lembrar também que além do desenvolvimento da saúde, o projeto busca promover a educação, cultura e esporte da comunidade como pilares para a superação de distúrbios sociais (ALVARADO CHACÍN, 2004) dando origem ao projeto Barrio Adentro Deportivo que consiste no “[...] entrenamiento deportivo y actividades físicas para niños/as, jóvenes, mujeres y personas mayores organizados en clubes o grupos de Barrio Adentro I”.<sup>27</sup>

O projeto *Milagro*, consiste na garantia de assistência médica oftalmológica provendo diagnóstico, transporte e intervenções cirúrgicas a pacientes sem condições financeiras, de modo totalmente gratuito. Este programa foi amplamente disseminando dentro dos países partes do bloco, como será abordado no próximo capítulo.

Por fim, o projeto *ELAM (Escuela Latinoamericana de Medicina)*, com sede em Cuba e Venezuela, une os esforços tanto na área da educação quanto da saúde, pois é por meio dela que houve um investimento massivo na formação superior de profissionais da medicina, que mais tarde compõem os projetos Barrio Adentro e Milagro. O objetivo dessa Missão é, a médio prazo, solucionar os problemas de acesso a atendimento médico que assolam a região.

Para os países membro da ALBA-TCP, a segurança alimentar é um ponto fortemente defendido. Nesse sentido, é de extrema importância que todo o processo, desde produção, transporte e comércio, tenha uma atenção especial do Estado no controle de qualidade, na garanti de preços acessíveis, e na acessibilidade segura de alimentos e demais produtos de primeira necessidade.

---

<sup>27</sup> [...] treinamento esportivo e atividades físicas para crianças, jovens, mulheres e idosos que são organizados em clubes ou grupos do projeto Barrio Adentro I. Tradução nossa.

Para tanto, existe a rede *Mercal*, que é uma missão social dividida em 3 setores. O primeiro, chamado *Mercal Establecimientos*, se dedica à garantia de acesso seguro e estável de alimentos nas condições já descritas, em uma rede de locais dentro das comunidades como armazéns fixos e móveis, mercados, supermercados e megamercados. Já o *Mercal Alimentación* (ou *Casas de Alimentación*) tem como foco a erradicação da desnutrição (de crianças, mulheres, idosos, população desempregada e indigente). Este programa funciona por meio de centros de distribuição de alimentos e refeições e contam com o apoio médico do programa *Barrio Adentro I*, que auxiliam na questão nutricional das refeições. O terceiro, o *Mercal Programas Especiales*, trabalha na questão da Segurança Alimentar para famílias e grupos de vulneráveis na questão do preparo e transporte das bolsas de alimentação quando estes grupos apresentam condições de risco. (D'ELIA, QUEIROZ, 2010).

Sobre os projetos *Mercal* em suas três versões, é importante lembrar que se conta com o envolvimento de famílias e pequenas empresas cooperativas na manutenção de pontos comerciais fixos e/ou móveis com o intuito de promover o acesso à comida dentro da lógica de segurança alimentar autônoma na região, (SÁNCHEZ, 2006) o que significa uma produção livre de químicos oriundos de empresas multinacionais que hoje mantêm um oligopólio no setor agrícola, principalmente.

Ainda na questão alimentícia há uma Missão denominada *PROAL (Programa de Alimentos Estratégicos)*, este programa foi na verdade revitalizado pelo governo Hugo Chávez dentro de um plano nacional de abastecimento alimentício (ALVARADO CHACÍN, 2004). Esse projeto conta com o subsídio de alimentos necessários para constituir uma cesta básica mais barata do que se fosse comprada em mercados comuns, para possibilitar o acesso à alimentação, pela população menos abastada ou em situação de pobreza. Conta com o apoio de centros de abastecimento alimentício e Unidades de Venda Final (pequenos e médios armazéns). Cabe ressaltar que este programa conta com o governo venezuelano em diversos aspectos uma vez que

[...] participan diversos organismos: el Ministerio de Agricultura y Tierras (a los cuales están formalmente adscritos), el Ministerio de Producción y Comercio, el Ministerio de Planificación y Desarrollo, la Corporación CASA, las Fuerzas Armadas, la Corporación Mercal, algunas corporaciones regionales de desarrollo y algunas

gubernaciones y alcaldías, entre otros. (ALVARADO CHACÍN, 2004. p.191).<sup>28</sup>

Por fim na área de comunicação, tem-se três projetos chaves a serem analisados. O primeiro chama-se *Telesur*. Este projeto é de extrema importância, pois consiste numa fonte alternativa de notícias para o continente latino-americano. Para os idealizadores do bloco, entende-se que é fundamental que a população tenha consciência dos fatos que envolvem a América Latina, bem como suas causas e consequências e no que isso interfere diretamente na realidade da população. Por meio do Telesur, notícias contrárias ao senso comum veiculado pelas agências alinhadas aos interesses imperialistas norte-americanos, são disponibilizadas via internet para todos os países do subcontinente latino-americano, exceto Suriname, Guiana e Guiana Francesa, com acesso ao vivo através da internet (LOSADA DA FONSECA, 2014. p. 65). Grosso modo, consiste num canal informativo cem por cento latino-americano, que oferece ao telespectador programação rica em conteúdo informativo, noticiários, documentários e programas de opinião e análises<sup>29</sup>.

O segundo projeto é a *Rádio del Sur*, que se trata de uma rede de emissoras de alcance internacional, que tem como função difundir a visão real<sup>30</sup> da diversidade política, social e cultural da América Latina, Caribe, África, Ásia, Europa e Oceania. E por fim, a ALBA-TV que resulta da articulação de movimentos sociais e emissoras televisivas comunitárias da América Latina, com objetivo de impulsionar as transformações políticas, econômicas e culturais, rumo ao conceito de socialismo.

## **Granacionais**

Além das chamadas Missões Sociais, outro marco na questão econômica e social no âmbito da ALBA-TCP, são as empresas granacionais. Empresas granacionais são o modelo de integração empresarial adotado pela ALBA-TCP e baseado numa estrutura que vem em contraposição ao conceito de transnacionais,

---

<sup>28</sup> Participam diversos organismos: o Ministério da Agricultura e Terras (ao quais estão formalmente vinculados), o Ministério de Produção e Comércio, Ministério de Planificação e desenvolvimento, a Corporação CASA, as Forças Armadas, a Corporação Mercal, algumas corporações regionais de desenvolvimento e alguns governos e prefeituras, entre outros. (ALVARADO CHACÍN, 2004. p.191) Tradução nossa.

<sup>29</sup> <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-13-16/2014-04-01-19-25-18/alba/5072-alba-tcp-fuerza-real-y-efectiva-de-integracion-de-los-pueblos>

<sup>30</sup> Entende-se por visão real, aquela livre da influência de opiniões como as difundidas em agências de notícias norte-americanas ou a alinhadas a estas.

considerados modelos tradicionais de empresas privadas que prestam serviços ao Estado, na lógica capitalista de mercado.

Como puede observarse, el ALBA expresa un concepto político sustentado en el reenfoque de las relaciones económicas de los países de nuestra región. En este sentido, constituye una ruptura con la visión economicista clásica de la integración y la cooperación internacional. (VI Cumbre, 2008)<sup>31</sup>

Segundo documentos, a ideia de empresa Granacional surge de acordo com o ímpeto bolivariano de grande nação latino-americana. A partir disso, entende-se que o conceito transmite a ideia de grandes empresas que fazem parte de uma estratégia para o desenvolvimento das economias dos países membros, afim de satisfazer as necessidades sociais que não é restrita a uma esfera local. Nesse sentido, tais empresas buscam a superação de barreiras nacionais, rumo ao fortalecimento de capacidades locais, compilando esses aspectos e os fundindo numa empresa só de acordo com o setor em que atua. Ideologicamente, é o resultado da afinidade conceitual entre os países que compõem essas instituições, tendo uma visão crítica em relação ao processo de globalização aos moldes neoliberais e defendendo a ruptura nos padrões do comércio internacional calcado no livre mercado.

El ALBA, en tanto que alianza política estratégica tiene el propósito histórico fundamental de unir las capacidades y fortalezas de los países que la integran, en la perspectiva de producir las transformaciones estructurales y el sistema de relaciones necesarias para alcanzar el desarrollo integral requerido para la continuidad de nuestra existencia como naciones soberanas y justas. (VI Cumbre, 2008)<sup>32</sup>

Cabe, para fim de análise, diferenciar projetos e empresas granacionais. O primeiro, se trata de programas de ação desenvolvidos dentro dos princípios que regem a ALBA-TCP e de acordo com os objetivos traçados. Tais projetos devem ser encabeçados por um ou mais países membros e trabalhar em busca no benefício das maiorias sociais. Já as empresas, têm como função integrar a produtividade e redirecionar fundamentalmente essa produção (seja agrícola, energética, educacional, etc.) ao âmbito intra-bloco. Isso daria, em tese, um caráter de Zona de

---

<sup>31</sup> Como pode-se observar, a ALBA expressa um conceito político sustentado no enfoque das relações econômicas dos países da nossa região. Neste sentido, constitui uma ruptura com a visão economicista clássica da integração e da cooperação internacional. (VI Cumbre, 2008) Tradução nossa.

<sup>32</sup> A ALBA, como aliança política estratégica tem o propósito histórico fundamental de unir as capacidades e forças dos países que a integram na perspectiva de produzir as transformações estruturais no sistema de relações necessárias para alcançar o desenvolvimento integral, necessário para a continuidade da nossa existência como nações soberanas e justas. (VI Cumbre, 2008) Tradução nossa.

Comércio Justo ao bloco, no âmbito produtivo e econômico. Modelo que se opõe à Zona de Livre Comércio, presente nos modelos tradicionais de integração.

Los Proyectos Grannacionales abarcan desde lo político, social, cultural, económico, científico e industrial hasta cualquier otro ámbito que puede ser incorporado en la dialéctica Grannacional. No todo Proyecto Grannacional debe convertirse en una Empresa Grannacional. Pero toda Empresa Grannacional debe ser el producto de un Proyecto Grannacional, por el cual deberá guiar su desarrollo. En atención a lo anterior, los Proyectos Grannacionales de las áreas sociales y culturales pueden ser perfectamente instrumentados a partir de las estructuras y capacidades instaladas en nuestros países, sin necesidad de crear otras que redunden en aumento de gastos y recursos. Un ejemplo de ello, los programas de alfabetización que hoy se cumple en Bolivia. (OLIVEIRA, 2012. P. 700)<sup>33</sup>

Entre os princípios dos projetos e empresas granacionais vale destacar o fundamento histórico geopolítico que é reflexo da visão Bolivariana de uma Grande Nação que vai na contra-mão da globalização neoliberal na qual os blocos econômicos regionais e sub-regionais têm-se adaptado.

El concepto Grannacional puede asimilarse al de Mega Estado, en el sentido de la definición conjunta de grandes líneas de acción política común entre Estados que comparten una misma visión del ejercicio de la Soberanía Nacional y Regional, desarrollando y desplegando cada uno su propia identidad social y política, sin que ello implique en el momento actual la construcción de estructuras supranacionales. (VI Cumbre, 2008) <sup>34</sup>

As empresas granacionais abrangem um total de 12 áreas, sendo elas: Alimentação, Meio ambiente, Ciência e tecnologia, Alba-Comércio Justo, Alba-Cultura; Alba-Educação, Telecomunicações, Indústria e Mineração, Saúde, Turismo, Transporte e Energia;

Na área de alimentação, o objetivo das granacionais é desenvolver ações conjuntas para combater crises alimentares que resultam da especulação, do uso de

---

<sup>33</sup> Os projetos granacionais abarcam desde o político, social, cultural, econômico, científico e industrial até qualquer outro âmbito que possa ser incorporado a dialética Granacional. Ao todo o projeto Granacional deve converter-se em uma empresa Granacional. Mas toda a empresa granacional deve ser o produto de um projeto Granacional, pelo qual deverá ser guiado o seu desenvolvimento. Em atenção ao anterior, os projetos granacionais das áreas sociais e culturais podem ser perfeitamente instrumentados a partir das estruturas e capacidade instaladas em nossos países, sem necessidade de criar outras que resultem em aumento de gastos e recursos. Um exemplo disso são os programas de alfabetização que hoje são aplicados na Bolívia. (OLIVEIRA, 2012. P. 700). Tradução nossa.

<sup>34</sup> O conceito Granacional pode ser assimilado ao de Mega Estado, no sentido da definição conjunta de grandes linhas de ação política comum entre estados que compartilham a mesma visão do exercício da soberania nacional e regional, desenvolvendo e construindo cada um, sua própria identidade social e política, sem que isso implique no momento atual da construção de estruturas supranacionais. (VI Cumbre, 2008) Tradução nossa.

alimentos como matéria prima para produção de insumos que geram combustíveis de alto valor agregado, etc. Cabe ressaltar que a função das granacionais no campo da alimentação, é garantir a alimentação da população tendo em vista a qualidade e a quantidade suficiente, o auto abastecimento compartilhado na produção e distribuição de itens alimentícios, enfatizando questões de segurança alimentar como sendo a linha central em termos estratégicos de longo prazo. Essa iniciativa conta com os países membros da ALBA-TCP e do PETROCARIBE, representados pelos ministros da Agricultura, e conta com dois mecanismos fundamentais para o seu funcionamento: Banco de Alimentos – para garantir o abastecimento –, Empresa Granacional de Produção Agroalimentar.

É na esfera do Meio Ambiente que se procura contemplar principalmente questões reativas ao abastecimento de água e sistemas de saneamento. O objetivo principal é ampliar os níveis de áreas com acesso a água potável e saneamento ambiental por meio da manutenção e construção da estrutura necessária, bem como a garantia de serviços voltados a esse setor. Ainda como meio de garantir esse abastecimento em larga escala, é previsto a construção de bacias hidrográficas levando em consideração o equilíbrio entre desenvolvimento social e meio ambiente, de acordo com o uso consciente de recursos naturais e o trabalho que envolva de modo cooperativo a população das áreas rurais, potencializando a capacidade produtiva desse recurso fundamental à vida. Nesse sentido os principais projetos são uma Empresa Florestal Granacional da ALBA-TCP – áreas de cooperação sócio produtiva, ambiental e financeira no setor florestal entre os países membros.

No campo de Ciência e Tecnologia, o objetivo de constituir uma Granacional é a consolidação e manutenção de um espaço regional de gestão em Ciência, Tecnologia e Inovação (CTI), com o objetivo de promover a geração, apropriação e transferência de conhecimentos e tecnologias em sectores estratégicos. A função das granacionais nessa área é incentivar o intercâmbio de resultados e a mobilidade daqueles que mais se destacam na área de CTI para trabalhar na busca de novas maneiras para construção e manutenção de uma sociedade com menos desigualdades e maior autonomia neste setor. Dentro dessa área, é importante destacar a preocupação com subáreas como a medicina, educação e informação.

Na medicina, as granacionais se dedicam à formação de um sistema de telemedicina, que propõe facilitar o atendimento primário em zonas rurais ou de difícil

acesso, ao implementar um sistema apoiado pelo CTI se utilizando das capacidades do satélite Simón Bolívar e unificando os critérios de prontuários clínicos de modo a torna-los mais abrangentes. Além da medicina, são estimuladas as áreas da educação – fornecendo um repositório de materiais didáticos digitais; laboratório de materiais educativos; ambientes virtuais de apoio, etc – de transmissão de satélite (Projeto ALBA Satélite), pesquisa (Projeto Fórum Científico), e cinematográfico e televisivo (Escola de Cinema e Televisão da ALBA).

Quanto a Alba – Comércio justo, as granacionais focam tanto no comércio internacional (exportação/importação), quando no comércio interno ao bloco. Quanto ao primeiro, a ALBAEXIM (ALBA- Exportação e Importações) garante o comércio exterior de insumos, maquinária, produtos industrializados, visando o estímulo do desenvolvimento do setor industrial e a resposta às necessidades dos países membros da ALBA.

Internamente, as Lojas ALBA, propõem a comercialização de produtos resultantes da “vocaçãõ” dos países internos à aliança, tendo em vista a divulgação dos mesmos para estimular o uso e o consumos destes produtos. O principal objetivo é quebrar com a lógica de oligopólios formados por empresas multinacionais e transnacionais, inserindo também a região no mercado internacional através de seus produtos típicos.

No que tange a esfera cultural, temos o Fundo Cultural da ALBA-TCP, que tem como objetivo contribuir para o trabalho de criadores, artistas e intelectuais, instituições e movimentos sociais culturais. O foco desse programa é consolidar e divulgar a cultura latino-americana em detrimento da relevância da cultura hegemônica promovida pela indústria midiática – quase sempre controlada pelos EUA. Pretende-se com este fundo promover a produção e distribuição de bens e serviços culturais e o desenvolvimento de redes capazes de reafirmar os valores culturais da região.<sup>35</sup> Este projeto, ainda consiste em 5 programas, sendo eles: Produção (distribuição e promoção de produtos e serviços culturais); Articulação e desenvolvimento de redes de movimentos sociais com o apoio de entidades culturais;

---

<sup>35</sup> Para mais informações: <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-13-16/2014-04-01-19-25-18/alba/5072-alba-tcp-fuerza-real-y-efectiva-de-integracion-de-los-pueblos>.

Recursos humanos para a cultura; Legitimação dos valores culturais latino-americanas e caribenhos. Avaliação do impacto sócio-cultural entre os povos.

No campo da educação, existem dois principais projetos granacionais: O primeiro é a ALBA – Alfabetização/ Pós-alfabetização, que tem como função promover a aplicação dos programas expostos como missões sociais. E o segundo consiste na Rede Universitária para os povos da ALBA (UNIALBA). Seu objetivo maior é a formação de intelectuais nas áreas de humanas, ciências e tecnologia, dentro de uma lógica de conhecimento que vá de encontro com a ideia de uma Grande Nação Latino-americana e do Caribe, disseminando os conceitos de união política por meio dessa capacitação e de uma educação crítica e inclusiva em termos sociais.

O principal objetivo do setor das Telecomunicações é a consolidação da ALBATEL<sup>36</sup>, que consiste numa Granacional que visa o desenvolvimento integral e sustentável dos países membros com foco na operação e manutenção de redes de telecomunicações através de empresas subsidiárias que operam fora da Venezuela, bem como a formação de técnicos especializados, troca de experiências na área de engenharia, pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, gerando uma rede sob os fundamentos da confiabilidade, da segurança e da superação da vulnerabilidade em termos de meios de comunicação.

No campo das telecomunicações almeja-se a ampliação do acesso às ferramentas relacionadas, e fazendo delas um aliado para a disseminação de ideais socialistas e bolivarianos, sendo uma ferramenta na formação ideológica e política encabeçada pelos líderes progressistas da América Latina.

No que diz respeito à Indústria e Mineração, busca-se a articulação entre produtores, produtores, território e consumidores em cada etapa contando com a tecnologia, insumos, máquinas e equipamentos, transporte, armazenamento e condições para o comércio. Para tanto, foram previstos 3 tipos de granacionais, cada uma responsável por um setor, sendo eles: Desenvolvimento da indústria de aço inoxidável; produção e comercialização de artigos de alumínio; desenvolvimento na produção de bens de linha branca para os países da ALBA e América Latina com a cooperação de países alinhados (Bielorrússia, Iran e China).

---

<sup>36</sup> Empresa Granacional que conta com a participação de Bolívia, Cuba, Equador, Nicarágua e Venezuela.

Também houve investimento na área do cimento, por meio da Empresa Granacional de Cimento, com o objetivo de consolidar uma fábrica com capacidade para a produção de 1.000.000 (1 milhão) de toneladas por ano, localizada no departamento boliviano de Potosí, com o financiamento venezuelano e cubano.

Outro projeto neste setor é o INGEOALBA (Instituto Granacional de Pesquisa, Prospecção y Serviços Geológicos), que visa a elaboração de um mapa geológico com o objetivo de conhecer e determinar a magnitude de matérias primas das quais a aliança realmente dispõe e em que escala isso interfere para os planos de soberania da região, por se tratar de um setor estratégico e externamente cobiçado e motivador do imperialismo no subcontinente. Cabe à INGEOALBA encarregar-se da pesquisa, da exploração, da prospecção e do registro das reservas minerais. Para mais além desses projetos, estão previstas a criação da Empresa Granacional de Mineração e Metalurgia, Empresa Granacional de Alumínio e a Empresa Granacional de Ferro e Aço.

A esfera da saúde, é para os idealizadores do bloco, a mais poderosa arma a favor da justiça social. O principal projeto aprovado nesse setor é o Plano Granacional para do Desenvolvimento da Missão Saúde dos países da ALBA, para a condução de planos em diferentes níveis e para a otimização de investimentos e recursos com foco na recuperação e implementação de sistemas públicos de saúde com acesso universal em todos os países membros. Também é previsto a promoção de pesquisa e o desenvolvimento no que tange o aproveitamento dos recursos relacionados à biodiversidade da região. Nesta esfera, também há o Centro de Regulamentação dos Medicamentos da ALBA (ALBAMED), que tem como função a manutenção de um sistema único e centralizado para o controle dos registros sanitários dos medicamentos comercializados no sistema de saúde no âmbito da ALBA-TCP. Nesse sistema é possível ter acesso aos registros de exportação, importação e distribuição de medicamentos, controlando índices de qualidade, segurança e eficiência

Ainda no que tange a distribuição de medicamentos, outro projeto Granacional são os centros de distribuição de artigos farmacêuticos, uma espécie de Farmácia Popular que tem como objetivo assegurar a oferta gratuita de medicamento a toda a população e cobrir em torno de 25% de toda a demanda por estes artigos, dentro do bloco. Esses medicamentos são distribuídos nas comunidades através de locais da Missão Barrio Adentro e da Missão Mercal. Por fim, temos o programa de Genética

Clinica e Estudos Psicossociais para pessoas com deficiências. Este projeto diz respeito à integração na área sócio produtiva, política e cultural, tendo como foco a inclusão de pessoas com deficiência física e/ou mental tendo em vista suas potencialidades produtivas.

Outra esfera importante para a economia dos países membros, principalmente dos países caribenhos. Para estimular este setor, o primeiro projeto abordado é o da Rede Granacional Hoteleira da América Latina, que tem como finalidade o incentivo ao turismo e a criação de hotéis estatais, como por exemplo o Hotel Alba Caracas, localizado na Venezuela e que traduz a função deste projeto que se dedica à recuperação e manutenção de prédios com vistas ao benefício desse setor dinamizador da economia do bloco.

Mais um projeto nesse campo, é a implementação dos cursos de graduação, pós-graduação e programas de training no âmbito da UNIALBA com vistas a desenvolver e treinar as aptidões no setor turístico com o intuito de fomentar essa área de maneira autônoma. Além do investimento na área acadêmica, investe-se na área profissionalizante, por meio de uma rede de institutos capazes de promover a formação básica e especializada no campo do turismo, focando na padronização dos programas a partir de certificados e no aumento dos padrões de qualidade no que tange a prestação de serviços, sem deixar de lado o conhecimento e a reafirmação de valores dentro de uma visão bolivariana.

Além disso, são incentivadas tanto a venda de artigos turísticos – como forma de divulgar a cultura dos povos, e estimular os pequenos comerciantes através do turismo – quanto ao que o bloco se refere como turismo social, que diz respeito à garantia do direito constitucional ao lazer e à recreação social para a população menos abastada e comunidades organizadas dos países membros bem como o provimento de conhecimento sobre diversidade cultura, e o contato com culturas que preguem ideias semelhantes de socialismo e revolução.

No campo do transporte foi constituído um grupo Granacional de infraestrutura com base nos projetos apresentados pelos países membros de acordo com suas necessidades, voltados a comunicação marítima, desenvolvimento das estruturas ferroviária, aérea, portuária e fluvial. Nesse sentido objetiva-se a criação da “Alas del Sur” ou “ALBA Sur”, uma companhia aérea estatal que consolide a rota: Caracas,

Managua, La Paz, Quito, Havana e Puerto Príncipe, bem como uma Granacional para a manutenção e construção de aeronaves.

No que diz respeito ao transporte marítimo, o maior êxito foi a consolidação da Empresa Mista de Transporte Cubana-Venezuelana (TransALBA), que visa facilitar o intercâmbio de pessoas, bens e produtos por via marítima e dispor de equipamento apropriado para estabelecer rotas e comunicações mais eficientes. O objetivo neste campo também diz respeito à incorporação de empresas mistas já constituídas ao bloco.

Em relação à energia, a responsável é a Granacional Energética de Petróleo e Gás. Sua função está ligada ao fortalecimento das capacidades técnicas, financeiras e disposição de recursos energéticos dos países membros, como consta no Tratado Energético da ALBA.

El presente Tratado tiene por objetivo garantizar el balance de la matriz energética actual de cada Parte, sobre la base de la construcción de una matriz energética del ALBA, basada en criterios del uso racional de la energía, en búsqueda del máximo ahorro y la eficiencia energética, así como, el desarrollo de fuentes de energías alternativas en cada una de las Partes. (TRATADO ENERGÉTICO DEL ALBA, 2007)<sup>37</sup>

Entende-se, então, que o objetivo é direcionar o desenvolvimento das atividades que dependem de recursos energéticos como relação aos hidrocarbonetos, à energia elétrica e energia alternativa de modo a potencializar este setor e manter o controle sobre tais recursos presentes em território latino-americano.

Em abril de 2007 foram propostos, uma série de acordos nessa área. Entre as determinações, a Bolívia seria responsável pela distribuição de combustível contando com 15 postos de uma determinada companhia por um montante de US\$ 4.7 bilhões; pela construção de duas plantas de extração de petróleo e gás natural; geração de energia térmica com capacidade de 40 mil watts e com uma despesa de US\$ 30 milhões; potencialização da energia elétrica por meio da troca de equipamentos antigos por uma maquinaria nova e com maior tecnologia, sob um custo estimado de US\$ 5 milhões; manutenção de uma planta de produção de asfalto com capacidade

---

<sup>37</sup> O presente Tratado tem por objetivo garantir o balanceamento da matriz energética atual de cada Parte, sobre a base da construção de uma matriz energética da ALBA, baseada em critérios de uso racional da energia em busca da máxima economia e da eficiência energética, assim como o desenvolvimento de fontes energéticas alternativas em cada um dos Estados membros. (TRATADO ENERGÉTICO DEL ALBA, 2007). Tradução nossa.

de 10 MBD<sup>38</sup> e com um investimento de US\$ 150 milhões 6) Exploração e extração de gás em quatro campos de gás na Bolívia com um custo de US\$ 620 milhões.

Cuba com uma parceria com a Venezuela (entre as estatais Cupet – Cubapetroleo – e PDVSA – Petróleos de Venezuela S.A.–) se comprometeu com a reativação da refinaria Cienfuegos<sup>39</sup> visando uma capacidade de 65 MBD e um investimento de US\$ 85 milhões. Além dessa parceria, o governo cubano se responsabilizou pela construção de uma planta de gasificação de GNL (gás natural liquefeito) contando com uma inversão de US\$ 8 milhões.

A Nicarágua, também em parceria com a estatal venezuelana PDVSA, se comprometeu com a manutenção da Alba de Nicaragua S.A<sup>40</sup>. (Albanisa), visando a refinação de 150 MBD, e um investimento de US\$ US\$6.6 milhões, valor esse do qual 51% conta com financiamento venezuelano e também a geração térmica de energia (a partir do diesel). O Haiti também foi um país a se beneficiar da parceria com a PDVSA, com investimentos que somam a quantia de aproximadamente US\$ 150 milhões entre plantas de gasificação, geradoras de energia termoelétrica e uma refinaria. Cabe abordar ainda, um mecanismo criado paralelamente à ALBA-TCP, mas que constitui um braço forte dentro do bloco, principalmente no que tange energia e a exploração petrolífera: o Petrocaribe.

### **Petrocaribe**

O Petrocaribe consiste numa plataforma institucional criada oficialmente em 2005 e de iniciativa principalmente venezuelana, que se define como um órgão para a criação de políticas e planos energéticos direcionados à integração dos povos caribenhos, tendo em vista o uso autônomo e soberano de recursos naturais disponíveis no território destes países. É através do Petrocaribe que a Venezuela fornece o petróleo necessário para os países do Caribe com preços mais acessíveis que os de mercado (LOSADA DA FONSECA, 2014. p.63). Nesse sentido, o Petrocaribe forma uma aliança de países dispostos à cooperação no âmbito

---

<sup>38</sup> Milhões de barris por dia.

<sup>39</sup> Construída com colaboração soviética, a instalação nunca chegou a produzir, pois sua colocação em testes coincidiu com a crise econômica provocada em Cuba pela queda da União Soviética, e foi paralisada imediatamente por ineficiência.

<sup>40</sup>Entidade criada em 2007 para administrar os fundos e investimentos que a Nicarágua recebe no âmbito da ALBA-TCP.

energético afim de promover o usufruto do petróleo e demais recursos naturais produzidos pelos países membros.

Con el fin de garantizar el logro de los objetivos y dado el dinamismo y la complejidad de la materia energética, PETROCARIBE nace como una organización capaz de asegurar la coordinación y articulación de las políticas de energía, incluyendo petróleo y sus derivados, gas, electricidad, uso eficiente de la misma, cooperación tecnológica, capacitación, desarrollo de infraestructura energética, así como el aprovechamiento de fuentes alternas, tales como la energía eólica, solar y otras. (ACUERDO DE COOPERACIÓN ENERGÉTICA PETROCARIBE, 2005)<sup>41</sup>

No Acordo de Cooperação Energética, firmado em 2005 onde estava prevista a imediata criação do Petrocaribe, foram signatários 14 países: Antigua y barbuda, Bahamas, Belize, Cuba, Dominica, Republica Dominicana, Granada, Guiana, Jamaica, San Vicente y Granadinas, Santa Lucia, San Cristobal y Nieves, Suriname e Venezuela. Atualmente Guatemala, Haiti, Honduras, e Nicarágua também fazem parte do bloco, conformando a participação de 18 países. Quanto à institucionalidade, o órgão é composto pelos Ministros de Energia dos países signatários, que têm como função, principalmente, coordenar as políticas e as estratégias energéticas, coordenar funções e responsabilidades específicas, responder pela prestação de contas frente à Secretaria Executiva. Esta Secretaria é presidida pelo Ministro de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela, cujas funções são:

Preparar las agendas para las reuniones del Consejo Ministerial; Gerenciar y administrar directamente los asuntos de PETROCARIBE; Asegurar la ejecución y realizar el seguimiento de las decisiones adoptadas en el Consejo Ministerial, así como someter los informes y recomendaciones correspondientes; Establecer la prioridad de los estudios y proyectos definidos por el Consejo Ministerial; Proponer al Consejo Ministerial la asignación de recursos para la conducción de los estudios que sean necesarios. (ACUERDO DE COOPERACIÓN ENERGÉTICA PETROCARIBE, 2005).<sup>42</sup>

---

<sup>41</sup> Afim de garantir o êxito dos objetivos e dado o dinamismo e a complexidade da matéria energética, a Petrocaribe nasce como uma organização capaz de assegurar a coordenação e articulação das políticas de energia, incluindo o petróleo e seus derivados, gás, eletricidade, uso eficiente da mesma, cooperação tecnológica, capacitação, desenvolvimento da infraestrutura energética, assim como o aproveitamento de fontes alternativas, tais como a energia eólica, solar e outras. (ACUERDO DE COOPERACIÓN ENERGÉTICA PETROCARIBE, 2005) Tradução nossa.

<sup>42</sup> Preparar as agendas para as reuniões do Conselho Ministerial; Gerenciar e administrar diretamente os assuntos do Petrocaribe; Assegurar a execução e realizar o seguimento das decisões adoras pelo Conselho Ministerial, assim como submeter as informações e recomendações correspondentes; Estabelecer a prioridade dos estudos e projetos definidos pelo Conselho Ministerial; Propor ao Conselho Ministerial a alocação de recursos para a condução dos estudos que sejam necessários. (ACUERDO DE COOPERACIÓN ENERGÉTICA PETROCARIBE, 2005). Tradução nossa.

Além do acordo prever a cooperação descrita, se prevê também a criação do Fundo ALBA Caribe para o Desenvolvimento Econômico e Social, que se trata de um fundo destinado ao financiamento de programas sociais e econômicos formado a partir das reservas provenientes de instrumentos financeiros ou não, das porções advindas das faturas petrolíferas e das divisas arrecadadas a partir do comércio direto. Para ativação, este fundo contou com o investimento da Venezuela, um montante de US\$ 50 milhões. A última informação vinculada ao site oficial da aliança, com respeito ao Fundo, afirma que US\$ 179 milhões foram destinados à 85 projetos diferentes em 11 países da região, e que há US\$ 29 milhões direcionados à 3 projetos elétricos, que no próximo capítulo será abordado. Além de ter como função a elaboração e aplicação de políticas voltadas para a cooperação energética, o Petrocaribe também foi o marco para a constituição de empresas mistas, com financiamento estatal, às quais estão expostas na tabela abaixo:

Tabela 1 - LISTA DE EMPRESAS MISTAS CONSTITUÍDAS NO ÂMBITO DO PETROCARIBE

Pais	Empresa Mista	Data de Constituição
Belize	ALBA Petrocaribe (Belize Energy) Ltda.	28/06/2006
Cuba	Cubapetroleo, S.A.	10/04/2006
Dominica	PDV Caribe (Dominica) Ltda.	05/12/2005
Granada	PDV Granada Ltda.	21/11/2007
Jamaica	Petrojam Ltda.	30/01/2008
Nicarágua	Alba de Nicarágua, S. A.	16/08/2007
República Dominicana	Refinería Dominicana de Petróleo, S.A.	30/10/2010
San Cristóbal y Nieves	PDV San Cristóbal y Nieves Ltda.	23/02/2007
San Vicente y Las Granadinas	PDV San Vicente y Las Granadinas Ltda.	15/11/2006

Elaborado pela autora. Fonte <<http://www.petrocaribe.org/>>

#### 4 OS RESULTADOS PROPORCIONADOS PELA ALBA-TCP EM SEUS PRIMEIROS 10 ANOS

Por se tratar de um bloco recente, ainda é difícil analisar com clareza os resultados proporcionados pelos acordos, e a aplicação das missões sociais no âmbito da ALBA-TCP. Por isso, serão analisados alguns indicadores sociais e econômicos e a partir deles explicaremos o papel da Aliança em seu desempenho.

Tabela 2: PIB. (Bilhões de dólares)

	Venezuela	Cuba	Bolívia
<b>2000</b>	117	30	8
<b>2004</b>	112	38	8
<b>2010</b>	393	64	19
<b>2014</b>	510	77	34

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Ao analisar o PIB dos três países com maior relevância no bloco, podemos perceber inicialmente dois fatos. O primeiro é que o PIB nos três casos, aumenta mais de 50% desde a criação do bloco. Isso, obviamente, não se explica apenas pela criação da ALBA-TCP, fatores como já analisados antes, como a liderança de governantes progressistas – tanto na Venezuela quanto na Bolívia – caracterizados pela nacionalização dos recursos naturais, e uma série de políticas públicas para fomentar o desenvolvimento econômico, e em Cuba pela busca de novos parceiros econômicos, etc, também explicam esse aumento expressivo. A segunda, é que a Venezuela tem, notoriamente, a economia mais forte dentro do bloco. Isto explica a grande participação do governo venezuelano no financiamento de projetos sociais, políticos e infraestruturais propostos no âmbito da aliança, atrelando muitas vezes a saúde do bloco à saúde da economia venezuelana. O próximo indicador a ser analisado, é a educação.

Tabela 3: EDUCAÇÃO – Taxa total de conclusão do ensino primário. (%)

	Venezuela	Cuba	Bolívia
<b>2000</b>	86	96	93
<b>2004</b>	90	91	-
<b>2010</b>	94	98	93
<b>2014</b>	96	93	89

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Dentro da educação, vários são os indicadores. A taxa de conclusão de ensino primário foi escolhida por representar um pré-requisito satisfatório para a inserção no mercado de trabalho formal e/ou ensino superior. Em todos os casos até o ano 2010 a taxa se manteve crescente. Em 2014 a taxa foi crescente na Venezuela, e apresentou uma redução tanto em Cuba quanto na Bolívia. Assim como na questão do PIB, a atuação da ALBA não explica sozinha, tais mudanças. Mas deve-se levar em consideração a aplicação dos programas sociais Robinson I, II e III que trabalharam especificamente na alfabetização, e na formação desses alunos até a sua aptidão ao ensino superior. O método Robinson, Yo sí Puedo, permitiu que mais de meio milhão de pessoas aprendessem a ler e escrever entre 2003 e 2015 (MADURO, 2015).

Outra área mencionada anteriormente, é a da saúde. Em primeiro lugar, é importante analisar a expectativa de vida nos três membros analisados.

Tabela 4: SAÚDE – Expectativa de vida (anos)

	Venezuela	Cuba	Bolívia
<b>2000</b>	72	77	63
<b>2004</b>	73	77	64
<b>2010</b>	74	79	66
<b>2014</b>	75	79	67

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Analisando a tabela acima, percebe-se facilmente o aumento da expectativa de vida nos três países. É importante analisar o papel cubano nesse sentido. Como mencionado no capítulo anterior, foi alto o investimento cubano com profissionais e espaços capacitados para o atendimento de pacientes e para a formação de

profissionais na área da saúde. Entre as metas alcançadas nos primeiros anos do bloco, Nicolás Maduro (2015) afirmou que os acordos impulsionados por Castro e Chávez permitiu a formação de novas gerações de médicos venezuelanos comprometidos com a saúde integral do povo, como direito humano e não como mercadoria.

Um programa com resultados de destaque, dentro do setor da saúde, é o Barrio Adentro, que segundo o governo venezuelano proporcionou 731 milhões de consultas, aproximadamente 1 milhão de intervenções cirúrgicas. Outro projeto voltado pra saúde dentro do anterior, é a Misión Milagro que garantiu a recuperação da visão de cerca de 1 milhão de venezuelanos. O último indicador analisado se trata do setor de comércio exterior.

Tabela 5: COMÉRCIO – Exportação de bens e serviços. (% de participação no PIB)

	Venezuela	Cuba	Bolívia
<b>2000</b>	29,7	14,1	18,3
<b>2004</b>	36,2	21	31,1
<b>2010</b>	28,5	22,6	41,2
<b>2014</b>	24,8	24,1	44,2

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Esta tabela também mostra uma tendência crescente nos números cubanos e bolivianos no percentual do PIB ocupado pela exportação de bens e serviços. Vale considerar que tanto as Missões Sociais, quanto os projetos e empresas Grannacionais focam na transferência de bens, serviços e pessoas em prol da potencialização das capacidades visando o suprimento das desigualdades intrabloco, influenciando pontualmente numa parte deste aumento. Ainda que o foco desta análise gire em torno dos 3 países abordados, é importante observar alguns dados dos países menores pertencentes a ALBA-TCP.

Tabela 6: PIB (dólares)

	2000	2004	2010	2014
<b>Equador</b>	18 bilhões	36,5 bilhões	69 bilhões	100 bilhões
<b>Nicarágua</b>	5,1 bilhões	5,7 bilhões	8,7 bilhões	11,8 bilhões
<b>Santa Lucia</b>	780 milhões	885 milhões	1,2 bilhões	1,3 bilhões
<b>Antigua y Barbuda</b>	783 milhões	898 milhões	1,1 bilhões	1,2 bilhões
<b>Granada</b>	520 milhões	599 milhões	771 milhões	882 milhões
<b>San Cristóbal y Nieves</b>	420 milhões	543 milhões	692 milhões	833 milhões
<b>San Vicente y las Granadina</b>	396 milhões	521 milhões	681 milhões	728 milhões
<b>Dominica</b>	335 milhões	374 milhões	492 milhões	573 milhões

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Tabela 7: SAÚDE – Acesso ao atendimento básico (% de população)

	2000	2004	2010	2014
<b>Granada</b>	98	98	98	98
<b>Venezuela</b>	88	90	93	94
<b>Cuba</b>	87	89	92	93
<b>Antigua y Barbuda</b>	-*	89	91	91
<b>Santa Lucia</b>	-*	86	89	91
<b>San Cristóbal y Nieves</b>	73	87	87	-*
<b>Equador</b>	70	75	81	85
<b>Dominica</b>	-*	78	81	81
<b>Nicarágua</b>	54	60	65	68
<b>Bolívia</b>	38	42	47	50
<b>San Vicente y las Granadina</b>	-*	76	76	-*

\* Informação não disponível neste ano.

Elaborado pela autora. Fonte: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>>

Na tabela 6, pode-se observar o significativo aumento do PIB em todos os países membros do bloco, e se comparado ao menor PIB no quadro 5 (Bolívia), há uma diferença exorbitante, o que explica o peso dos 3 países na questão financeira. Já na tabela 7, apesar da ausência de informação em anos específicos, de modo geral houve um aumento das pessoas com acesso ao atendimento básico de saúde. Entende-se que há no mínimo uma relação com a aplicação do projeto Barrio Adentro e dos estabelecimentos Mercal, direcionados ao atendimento médico.

Contudo, é reforçada a ideia de que a ALBA-TCP por si só, não explica o aumento de modo geral dos indicadores escolhidos para avaliar os resultados da influência que o bloco exerce, principalmente no que tangem os programas com caráter de políticas públicas, aplicados a partir de 2006. Mas não se pode negar que

a ALBA-TCP configura como um dos fatores que trabalharam no alcance destes números.

#### **4.1 A influência da ALBA-TCP nas políticas externas**

É importante compreender a relação entre a ALBA e as políticas externas dos países com mais peso dentro da Aliança. Pode-se afirmar que a ALBA-TCP é um bloco que surge motivado pelas agendas das políticas externas venezuelana, cubana e posteriormente boliviana, como sendo os países com mais visibilidade dentro do Sistema Internacional, entre os demais membros do bloco. Por isso, neste subcapítulo, serão abordadas as políticas externas destes países no período em que o bloco foi criado e a sua relação. Para tanto, serão analisadas as agendas de cada país no que tange as relações exteriores, suas posturas quanto a integração e por último os Comunicados Especiais e Declarações feitas no âmbito da ALBA-TCP sobre fenômenos internacionais.

Na Venezuela, o período que antecede o anúncio de ALBA-TCP (2000 a 2003) como processo de integração regional alternativo, é marcado pela instabilidade política e por uma crise de legitimidade do qual o governo vigente era alvo. Em 1998 é eleito o presidente Hugo Rafael Chávez Frías, governo visto como contraditório entre o caráter centralizador de poder e a redistribuição de riquezas, voltada para os setores mais necessitados da sociedade.

Em 1999 Hugo Chávez anuncia uma nova constituição em substituição à de 1961. Nesta, destacam-se mudanças como a duração do mandato de 5 para 6 anos, a possibilidade de fim de mandato (presidencial ou outros) por referendo popular, a reeleição e o poder do executivo na promulgação de leis, sem que necessariamente houvesse consulta perante outros poderes. Reflexo desse poder em mãos do executivo, foi o decreto de um pacote de 49 leis, 12 meses após assumir o mandato. Entre estas, três leis em especial abalaram alguns setores do país, principalmente a indústria pesqueira e empresários da indústria petrolífera. A Lei de Terras estabelecia a expropriação de terras improdutivas (inclusive privadas) quando em situação irregular para possibilitar o processo de reforma agrária.

[...] o aumento do volume de recursos oriundos da exploração e industrialização dos hidrocarbonetos foi fundamental para a materialização da reforma agrária, lançada pelo decreto de número

1.546 (9 de novembro de 2001), que estabeleceu a chamada Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário. Tendo como objetivo fundamental a eliminação do latifúndio e o estímulo ao desenvolvimento integral e sustentável, a reforma agrária vem lidar com dois problemas específicos da sociedade venezuelana: a alta concentração de terras e a baixa participação do setor agrícola no PIB venezuelano, o que torna o país dependente de importações de gêneros alimentícios (FLORES e LEITE, 2006. p.358).

A Lei da Pesca beneficiava a atividade realizada por pequenos pescadores ao proibir a pesca em larga escala (com redes do tipo arrastão). E por fim, a Lei dos Hidrocarbonetos que aumentava o valor dos royalties pagos pelas empresas privadas concessionárias da PDVSA, de 15% para 30% para a exploração de petróleo.

Tais medidas desencadearam uma crescente onda de manifestações, protestos e greves ao afetar o interesse de grandes empresários e latifundiários. De modo imediato, as Fedecâmaras (Federação Venezuelana de Câmaras de Comércio e Produção – presidida por Pedro Carmona) e a CTV (Central de Trabalhadores da Venezuela) deram início às paralizações e protestos respaldados pelas principais emissoras privadas do país que queriam a queda do presidente ao qual acusavam de autoritário e populista.

O ápice do descontentamento dos setores de oposição ao governo, foi em abril de 2002, onde uma série de protestos eram organizados e inflamados pela oposição em meio a convocação de uma greve geral e resultou num confronto em frente à sede presencial, entre estes manifestantes e grupos pró-chavistas. No dia 12 de abril, o ministro da Defesa, Lucas Rincón Romero, anunciou a suposta renúncia de Chávez e Pedro Carmona passou a ocupar a posição de presidente interino, contrariando a Constituição de 1999, que designava essa função ao vice-presidente que na ocasião era Diosdado Cabello. O “golpe da mídia”, assim ficou conhecido, pela forte manipulação das notícias por parte das emissoras privadas e resultou na prisão de Chávez que permaneceu preso no Forte Tiuna, por dois dias.

O mandato provisório de Carmona não foi capaz de manter a coesão entre os setores populares venezuelanos (principalmente os apoiadores de Chávez) e nem recebeu respaldo de outros países e, em 14 de abril, após Chávez desmentir a versão dos opositores sobre sua renúncia, o seu poder é restituído, reafirmado em consultas populares e ele ainda é reeleito duas vezes, em 2000 e 2006, respectivamente.

O plano da política interna, reflete incisivamente no plano externo tanto no sentido ideológico quanto no pragmático. A questão petrolífera foi de extrema relevância no governo Chavez. A “diplomacia do petróleo” usou desses recursos como

mecanismo de barganha e aproximação política e econômica com diversos países. A integração latino-americana foi utilizada como pilar da inserção venezuelana no Sistema Internacional.

A condução desse processo vem se dando, especialmente, por meio de acordos comerciais e infra estruturais em matéria de energia, mas cabe destacar também o avanço da integração na área das telecomunicações, que teve como baluarte a inauguração da Telesul, em julho de 2005. (LEITE e PÉREZ, 2006. p.361)

As relações mais conturbadas foram com a Colômbia e com os EUA. O ataque constante por meio de denúncias do governo colombiano, sobre o suposto apoio do governo venezuelano às FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), instaurou uma crise declarada em 2005. Porém sabe-se que o principal fator das tensões do governo Chávez com a Colômbia, é o alinhamento deste país com os EUA.

Vários outros acontecimentos vieram apontar a porosidade da fronteira entre os dois países, argumento que, segundo Chávez, justificaria a urgência da concretização da compra de armamentos da Rússia. Por outro lado, essa porosidade não explica a política de afastamento com relação à Colômbia tão satisfatoriamente quanto a aliança deste país com os EUA. (LEITE e PÉREZ , 2006. p.362)

A relação difícil com os EUA, desde a posse de Hugo Chávez foi marcada pelas fortes declarações contrárias ao caráter imperialista norte-americano, ainda que se mantivesse uma relação pragmática no campo comercial, com destaque no setor petrolífero. No que tange a área militar, também buscou-se o fim da dependência bélica e tecnológica em relação aos EUA e um alinhamento através da cooperação militar com a Rússia, mais um motivo para as tensões políticas com o governo estadunidense.

De modo geral, na questão regional, a diplomacia chavista se afastou progressivamente da CAN, dando prioridade a processos como o Mercosul e a Unasul, enfatizando a aproximação com o Cone Sul. Cabe lembrar, ainda sobre a área energética, que com a Lei dos Hidrocarbonetos, ficava estabelecida a inversão de lucros e de royalties em áreas como saúde, educação, moradia, etc., por meio das Missões Sociais aplicadas primeiramente no plano interno e posteriormente difundido na ALBA-TCP e exportado para os demais países do bloco, se tornando uma série de políticas regionais e de integração. Mas a aproximação com os países da América Latina não se dá apenas por meio da sua atuação em blocos econômicos, mas também por acordos bilaterais em matéria de cooperação energética

Em 2004, respaldado pelo apoio popular que muito se deveu ao sucesso das Missões Sociais aplicadas em seu governo, Hugo Chávez anuncia a criação da Aliança Bolivariana, tendo como principal objetivo, a criação de um mecanismo político regional capaz de contrapor incisivamente os interesses norte-americanos, de uma maneira que em outros blocos não era possível, conformar um eixo alternativo à criação da ALCA e criar um bloco capaz de estabelecer meios de superar a desigualdade social agindo numa lógica antagônica à do livre mercado.

Subrayamos que el Área de Libre Comercio para las Américas (ALCA) es la expresión más acabada de los apetitos de dominación sobre la región y que, de entrar en vigor, constituiría una profundización del neoliberalismo y crearía niveles de dependencia y subordinación sin precedentes. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2004).<sup>43</sup>

Nesse sentido, Hugo Chavez viu na ALBA-TCP um espaço poderia onde aplicar um discurso fortemente progressista e rechaçar abertamente a qualquer influência norte americana, coisa que ele não poderia fazer em outro bloco e contar com o apoio dos demais membros. É o caso do Mercosul. A Venezuela é um membro de peso na organização, mas não seria interessante que o Brasil e a Argentina viessem a apoiar um rompimento nas relações políticas com os EUA por questões ideológicas venezuelanas. A ALBA-TCP, é nesse sentido, um espaço onde Chávez consegue expressar e propor projetos autônomos de complementaridade e solidariedade entre os países membros, num viés totalmente oposto aos interesses norte-americanos. E por ter justamente esse perfil, atraiu imediatamente o interesse e apoio do governo cubano.

Se tratando de Cuba é essencial para entender a sua política externa, que se considere o Caribe como a região geopoliticamente estratégica para a sua inserção no Sistema Internacional. O Caribe é a região a qual Cuba pertence geográfica, cultural étnica e historicamente. Atualmente, a política externa da ilha em relação ao Caribe é a mais dinâmica das últimas décadas. Percebe-se que desde o início da Revolução Cubana, houve uma aproximação gradual em relação aos países dessa região, ainda que as decisões do governo oscilassem de acordo com o alinhamento e afastamento de tais países com os Estados Unidos.

---

<sup>43</sup> Sublinhamos que na Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) é a expressão mais forte das intenções de dominação sobre a região e que entrando em vigor, constituiria um aprofundamento do neoliberalismo e criaria níveis de dependência e subordinação sem rescendentes. (DECLARACIÓN CONJUNTA, 2004). Tradução nossa.

Em linhas gerais, Cuba tende a manter políticas ativas e de solidariedade com o Terceiro Mundo, focando na cooperação sul-sul. Para o Caribe, a aproximação com a ilha tem sido proveitosa desde a década de 60, ao passo que o país se desenvolveu significativamente em áreas específicas como educação e saúde, beneficiando países com carência nestas esferas por meio da cooperação. Pode-se afirmar que houve 3 fases principais nessa oscilação. A primeira de 1959 a 1979, representa desde uma projeção limitada da Cuba em direção ao Caribe – muito devido ao embargo econômico imposto pelos EUA – até o início e primeiro auge dessas relações. A segunda de 1979 a 1990, identificada por um retrocesso e deterioração das relações e por fim a terceira, a partir de 1990 até os dias atuais que representa uma reaproximação até 1992 e a partir daí a plena reativação das relações - (MARTINEZ REINOSA, 2005).

Quando se trata de política externa cubana, não se pode deixar de trazer à questão do bloqueio econômico imposto pelos EUA à Cuba, em 1962. Este bloqueio consiste em sanções impostas pelos norte-americanos a empresas e bancos, nacionais e multinacionais, caso exerçam algum tipo de relação comercial ou financeira com a ilha. A punição contra bancos estrangeiros que negociem com Cuba é um dos meios que o governo norte-americano encontrou para impedir que os cubanos tenham algum acesso a crédito, algo crucial para o desenvolvimento de um país periférico.

Outro problema grave nessa questão, é que mesmo quando Cuba obtém divisas o suficiente para adquirir determinados produtos, e encontra empresas dispostas a negociar, se depara com a impossibilidade de ter acesso ao produto, uma vez que os EUA definem que navios que chegam a atracar em porto cubano, não pode desembarcar em portos norte-americanos por um período de 6 meses, o que inibe essa ação, ou a encarece para os cofres cubanos. Tais barreiras econômicas prejudicam o desenvolvimento em determinadas áreas ao impedir a compra de aparelhagem adequada, e o amplo emprego de tecnologia, por exemplo.

Com o início dos anos 90 e o fim da Guerra Fria, percebe-se uma mudança no Sistema Internacional e por consequência na política externa cubana na busca pela adaptação ao novo conserto global. Com a derrocada da União Soviética (principal parceira econômica de Cuba), a economia cubana se viu fragilizada e carente de novos parceiros econômicos e na necessidade de rever sua estratégia para inserção no âmbito externo e suas relações.

Com o fim desse respaldo proporcionado pela URSS e pelo Leste Europeu até então, Cuba passou a

Redimensionar seu comércio exterior e, principalmente, redimensionar sua economia interna com o desenvolvimento [...] de novos setores e fontes de recursos, turismo, mineração e a liberação de envio de remessas, reformas em suas empresas e na ação estatal que possibilitassem maior dinâmica e produtividade nestes setores. (DA SILVA, 2012. p.211).

Desse modo, Cuba conseguiu dinamizar sua economia e desenvolver os setores que mais tarde serviriam de barganha em suas relações bilaterais e multilaterais, com a saúde e a educação, principalmente.

Mais recentemente, em 2014, aprovada em sessão extraordinária da Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba, a Lei 118 (Ley de la inversión extranjera) expressa uma clara política de atração de investimentos estrangeiros. (HONÓRIO e MESQUITA, 2015). Esta lei consiste em mudanças que visam a atração de investimento estrangeiro como o regime especial para empresas de capital misto<sup>44</sup> ou *joint ventures*<sup>45</sup>, que significa a isenção da taxa sobre os lucros pelos primeiros 8 anos e isenção alfandegária durante o processo de investimento. Ainda na Lei 118, está prevista a criação de espaços denominados ZED (Zona Especial de Desenvolvimento). Estes espaços serão livres das tarifas alfandegárias vigentes no resto do território nacional, e uma das principais e maiores obras para a constituição destes espaços, até então é a construção do Porto de Mariel. Obra fortemente questionada pela oposição brasileira nas eleições de 2014, por se tratar de uma construção que conta com o financiamento do governo brasileiro.

Cabe ressaltar, que o governo cubano não tem como objetivo a privatização de qualquer setor econômico. Todos os setores ficam abertos ao investimento estrangeiro, excetuando-se os de Educação, Saúde, Forças Armadas e os de comunicação de massa (imprensa, rádio, tv e cinema) que constitucionalmente não são passíveis de nenhum tipo de privatização. (HONÓRIO e MESQUITA, 2015).

A criação da ALBA-TCP, em conjunto com a Venezuela, reflete esta mudança na política externa cubana a partir dos anos 1990, baseada na sua projeção em direção ao Caribe e na integração latino-americana como pilar de atuação no Sistema

---

<sup>44</sup> Empresas de capital misto, são empresas financiadas tanto por capital público quanto privado.

<sup>45</sup> Contrato de associação econômica internacional.

Internacional, buscando o desenvolvimento a partir da complementariedade produtiva e econômica. Uma vez que desde sua criação, o bloco se baseou

[...] no solo en principios de solidaridad, que siempre estarán presentes, sino también, en el mayor grado posible, en el intercambio de bienes y servicios que resulten más beneficiosos para las necesidades económicas y sociales de ambos países.[...] Ambos países elaborarán un plan estratégico para garantizar la más beneficiosa complementación productiva sobre bases de racionalidad, aprovechamiento de ventajas existentes en una y otra parte, ahorro de recursos, ampliación de empleo útil, acceso a mercados u otra consideración sustentada en una verdadera solidaridad que potencia las fuerzas de ambas partes. (ACUERDO ENTRE VENEZUELA Y CUBA PARA LA APLICACIÓN DEL ALBA, 2004).<sup>46</sup>

A partir disso, Cuba passa a fazer parte de um organismo do qual é também fundadora, tendo um papel protagonista na elaboração e na aplicação de projetos de cooperação capaz de suprir desigualdades e carências na área social, além de ser uma fonte alternativa de investimento e financiamento, capaz de driblar a atuação intervencionista estadunidense por meio do bloqueio econômico, da década de 60. O terceiro país a fazer do bloco é também o próximo a ser analisado.

No caso boliviano, é importante ter em mente os antecedentes em termos de política doméstica das mudanças cruciais na Bolívia a partir de 2006, ano em que ela passa a fazer parte da Aliança Bolivariana. Cabe destacar que este país foi historicamente marcado pela instabilidade política. Até o ano de 2005, quando um pleito foi antecipado para a eleição de uma nova presidência após forte apelo popular, a Bolívia ocupava um lugar nada desejável, de país mais pobre da América Latina, ainda que tenha em seu território grande presença de recursos energéticos. Entre 1997 e 2002, a má administração dos governantes bolivianos fez com que o país entrasse em uma grave crise econômica.

As administrações de Hugo Banzer (1997-2001) e Jorge Quiroga (2001-2002) deixaram o país com taxa de desemprego de 12%, alto índice de trabalho informal, cerca de 60% da população abaixo da linha de pobreza e muitos conflitos sociais, principalmente com relação à política de erradicação das drogas. Os problemas sócio-econômicos afetavam especialmente a população indígena. (LIMA e COUTINHO, 2007. p. 73).

---

<sup>46</sup> Não só em princípios de solidariedade, que estará sempre presente, mas também, na medida do possível, na troca de bens e serviços que sejam mais benéficas para as necessidades econômicas e sociais dos dois países. [...] ambos irão desenvolver um plano estratégico para garantir a mais benéfica complementação produtiva sobre as bases da racionalidade, exploração as vantagens existentes em ambos os lados, economia de recursos, ampliação de pleno emprego, o acesso a mercados ou outra consideração sustentada em uma genuína solidariedade que realça os pontos fortes de ambas as partes. Tradução nossa.

Em 2002, Gonzalo Sánchez de Lozada, do partido MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), um político ultraliberal que já em seu primeiro mandato havia assinado contratos de exploração energética com cerca de 26 empresas estrangeiras deste setor, assume a presidência com o menor percentual de votos até então, dando à crise um ar ainda mais crítico.

Nesse quadro, a vitória de Gonzalo Sánchez de Lozada, do MNR, em segundo turno indireto, após ter recebido, no primeiro turno, 22,46% dos votos, apenas dois pontos percentuais acima de seu principal opositor, o líder cocaleiro Evo Morales Ayma, do Movimento ao Socialismo (MAS), já sinalizava o esgotamento do modelo vigente até então. A coalizão formada pelo MNR com o MIR, a ADN e a Unidade Cívica Solidariedade (UCS) foi a mais frágil desde 1985, reunindo o menor percentual de votos (44,3%). (LIMA e COUTINHO, 2007. p. 74).

Esses números eram reflexo da insatisfação popular com as políticas neoliberais aplicadas ao decorrer dos anos, principalmente no que dizia respeito à privatização dos recursos naturais e os privilégios concedidos às grandes empresas multinacionais que ficavam com a maior parte do lucro proveniente da extração. Como se não bastasse o quadro de miséria em que se enquadrava a Bolívia, outro ponto foi fundamental para desencadear uma série de protestos violentos contra o governo por parte da população: o alinhamento de Lozada com o Chile.

Historicamente a questão da saída da Bolívia para o mar, fora motivo de rivalidade com o vizinho Chile (Lima e Coutinho, 2007). O fato de Lozada usar um porto chileno para escoar a produção de gás feria duplamente o orgulho coletivo dos bolivianos, por significar a submissão ao Chile e à exploração dos seus recursos naturais por corporações estrangeiras sem que o lucro fosse investido em políticas que resultassem em benefícios para a população já esgotada pelo descaso do governo.

Em 2003, esse sentimento transborda, intensificando os protestos e a mobilização popular que clamava pela nacionalização dos hidrocarbonetos<sup>47</sup>, episódio que ficou conhecido como Guerra do Gás, pressionando Lozada até sua renúncia e o exílio cedido pelos Estados Unidos. Nesse contexto de instabilidade, Carlos Mesa Gisbert, vice-presidente sem partido político, já havia se desligado do governo por discordar da forma como as Forças Armadas reprimiam as manifestações populares, o que lhe concedeu bastante popularidade. Essa jogada política lhe rendeu 80% de aprovação para assumir a presidência após a saída de Lozada, com o compromisso

---

<sup>47</sup> Petróleo e gás natural.

da “Agenda de Outubro” que consistia na realização de um referendo sobre a política de gás natural e na convocação de uma Assembleia Constituinte.

Internamente, as tentativas de Carlos Mesa de exercer a presidência foram extremamente falhas. Sua condição no poder executivo, não lhe dava carta branca para a aprovação de decretos em forma de lei, o que fazia do Congresso Nacional, o responsável pela decisão sobre os projetos propostos pelo presidente na tentativa de atender as demandas que a população expressava nas constantes manifestações. Por não ter partido, seu poder de barganha e apoio dentro do Congresso era extremamente limitado, fazendo com que em 2005 a situação ficasse insustentável e Carlos Mesa renunciasse à presidência, fazendo-se necessário novo processo eleitoral em dezembro de 2005.

As eleições gerais foram antecipadas para dezembro de 2005 e trouxeram como novidade a escolha direta dos governadores dos nove departamentos bolivianos, até então nomeados pelo presidente da República. Além disso, foi eleito Evo Morales – com 53,74% dos votos, o que equivale a 3.671.152 votos – como primeiro presidente da Bolívia a alcançar o poder por votos diretos em urnas, sem que houvesse a necessidade de segundo turno perante o Congresso Nacional. A partir dessas eleições o partido de Evo Morales, MAS (Movimiento al Socialismo) passou a contar com a maioria no Congresso, o que lhe garantia maior apoio na aprovação de projetos.

Esto le permitió contar con una bancada de 84 de los 157 parlamentarios (12 senadores en la Cámara Alta y 72 diputados en la Cámara Baja). La formación política del MAS contaba entonces con la mayoría absoluta suficiente para conseguir que sus proyectos –de los cuales dependía su gobernabilidad- fuesen aprobados en sesiones bicamerales. Sin embargo, el control de los escaños se veía relativizada con la presencia de una bipolaridad entre el MAS y Podemos – segunda fuerza política con presencia en las Cámaras –. (ZAPATA, 2011. p.109)<sup>48</sup>

No caso da política externa boliviana, dois elementos são fundamentais para a análise: a construção de um Estado Plurinacional e o fortalecimento dos esforços para a nacionalização dos recursos naturais. O primeiro diz respeito à reafirmação da

---

<sup>48</sup> Isto lhe permitiu contar com uma bancada de 84 dos 157 parlamentares (12 senadores na Câmara Alta e 72 deputados na Câmara Baixa). A formação política do MAS contava então com a maioria absoluta suficiente para conseguir que seus projetos – dos quais dependia sua governabilidade – fossem aprovadas em sessões de ambas as câmaras. No entanto, o controle das votações era relativizado com a presença de uma bipolaridade entre o MAS e Podemos – segunda força política com presença nas Câmaras (ZAPATA, 2011. p.109). Tradução nossa.

cultura e a inclusão da maioria indígena excluída das agendas tanto interna quanto externa, até então. Já o último elemento ficou claro já na primeira viagem oficial do presidente Evo Morales à Espanha, onde ele afirmou “Las empresas que respetan las normas bolivianas son bienvenidas. Necesitamos inversión. Y por eso queremos socios y no dueños de nuestros recursos nacionales.”<sup>49</sup> A defesa da nacionalização dos recursos gasíferos, se tornou um pilar para dar base às políticas de desenvolvimento econômico do país e direcionar a política externa boliviana a partir de 2006.

Foi no dia 1º de maio que Evo Morales anunciou o Decreto 28701, lei a partir da qual o governo aprovava a nacionalização dos hidrocarbonetos, reivindicando o direito da nação, em nome do povo, de administrar os lucros gerados pela exploração destes recursos e que esta administração canalizasse tais divisas em benefício do povo. O decreto estabelecia a posse e controle da produção de gás e petróleo, inclusive o encampamento de empresas privadas desse setor.

I. A partir del 1 de mayo del 2006, las empresas petroleras que actualmente realizan actividades de producción de gas y petróleo en el territorio nacional, están obligadas a entregar en propiedad a Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos YPFB, toda la producción de hidrocarburos. II. YPFB, a nombre y en representación del Estado, en ejercicio pleno de la propiedad de todos los hidrocarburos producidos en el país, asume su comercialización, definiendo las condiciones, volúmenes y precios tanto para el mercado interno, como para la exportación y la industrialización. (DECRETO 28701, 2006).<sup>50</sup>

De acordo ainda com esse decreto, apenas seria permitida a atuação de empresas que em até 6 meses tivessem a situação regularizada e garantissem 82% do lucro com a exploração de gás e petróleo para o Estado. Essa porcentagem seria dividida em: 18% de royalties e participação, 32% do Imposto Direto aos Hidrocarbonetos e 32% de uma participação adicional para a YPFB. Os 18% restantes seriam das empresas.

Para além da questão dos hidrocarbonetos, é importante destacar a relação da Bolívia com os vizinhos latino-americanos e o Sistema Internacional de modo geral.

---

<sup>49</sup> Notícia disponível em <<http://indepth.buenosairesherald.com/noticia.asp?id=482068>>

<sup>50</sup> I. A partir do 1 de maio de 2006, as empresas petroleiras que atualmente realizam atividades de procuração de gás e petróleo no território nacional, estão obrigadas em propriedade à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB), toda a produção de hidrocarbonetos. II. YPFB, em nome e em representação do Estado, em exercício pleno da propriedade de todos os hidrocarbonetos produzidos no país, assumem sua comercialização, definindo as condições, volumes e preços, tanto para o mercado interno quanto para a exportação e a industrialização. (DECRETO 28701, 2006) Tradução nossa.

As políticas internas aplicadas por Evo Morales em princípio foram motivo de tensão entre a Bolívia e países importantes da região. O principal exemplo é o Brasil, que teve a PETROBRAS, incluída no encampamento anunciado por Evo Morales. Nesse sentido, a Bolívia buscou a diminuição da dependência regional que existia com o Brasil e focou na aproximação de países latino-americanos, com destaque para Argentina e Venezuela, este último com claro viés antissistêmico e antiglobalização. Cabe ainda destacar a reaproximação da Bolívia com o Chile, por meio da chamada “agenda de 13 pontos”. Nessas circunstâncias a principal pauta boliviana era a histórica problemática da saída para o mar, motivo de tensão entre os governos. Tais questões foram tratadas em sigilo e deixadas de lado alguns anos mais tarde.

Os processos de integração regional fizeram parte da estratégia de inserção no Sistema Internacional, merecendo destaque o seu ingresso à ALBA-TCP, além de já ser membro fundador da Comunidade Andina de Nações (CAN) e membro-associado do Mercosul, (DELGADO e CUNHA FILHO, 2010). Desde a entrada da Bolívia no Mercosul, Evo deixou claro que não abriria mão de seu papel de membro da CAN, ainda que isso gerasse algum conflito jurídico na sua atuação de acordo com ambos os blocos, no caso da aplicação de duas Tarifas Externas Comuns (TEC).

Em tese podemos afirmar que houve, internamente, um giro ideológico à esquerda na Bolívia desde que Evo Morales assumiu a presidência em 2006. Seus esforços quanto à nacionalização dos recursos naturais presentes em seu território foi decisivo para o tensionamento com países relevantes como EUA e Brasil e a aproximação de outros como a Venezuela e a Argentina. A política externa de Morales, ideológica e pragmática, defende claramente os princípios de soberania, desenvolvimento sustentável, segurança e autonomia, sendo totalmente crítico ao neoliberalismo. Princípios estes, reforçados pela adesão da Bolívia à Aliança Bolivariana.

Convencido de la necesidad de promover una verdadera integración solidaria complementaria y humana entre nuestros países y nuestros pueblos, en nombre del Gobierno de la República de Bolivia deseamos contribuir a este proceso con la iniciativa de los Tratados de Comercio entre los Pueblos haciendo nuestros los objetivos, principios y bases conceptuales de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA). (III CÚMBRE, 2006)<sup>51</sup>

---

<sup>51</sup> Convencido da necessidade de promover uma verdadeira integração solidária, complementar e humana entre nossos países e nossos povos. Em nome do Governo da República da Bolívia desejamos contribuir com este processo com a iniciativa de Tratados de Comércio entre os Povos, fazendo nossos objetivos, princípios e bases conceituais da Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA). (III CÚMBRE, 2006) Tradução Nossa.

Assim como para Cuba, a adesão da Bolívia ao bloco representou um espaço para atuação autônoma – em relação aos interesses estrangeiros – de sua política de integração baseada nos princípios bolivarianos. A ALBA-TCP pode ser vista pela Bolívia como um respaldo institucional para a campanha de nacionalização dos hidrocarbonetos e a aplicação de políticas com foco na participação plurinacional dos povos e na igualdade social, acima de tudo na inclusão da população indígena.

Tendo em vista a natureza política dos países analisados até aqui, é possível afirmar que grande parte do sucesso das atividades no âmbito do bloco, deve-se ao fato de haver uma concordância tanto no que diz respeito a política interna quanto externa entre os membros do bloco. O respeito a não intervenção, à defesa da soberania e o rechaço à ingerência norte-americana na região, além do fato da integração regional ser um dos pilares das agendas de política externa, tanto venezuelana quanto cubana e boliviana, explica a criação e consolidação de um bloco alternativo e ativo no que diz respeito à superação das assimetrias econômicas e sociais.

Para além da política externa de cada país, é importante analisar os Comunicados Especiais e Declarações. É por meio deles que o bloco emite declarações conjuntas e passa uma imagem de uniformidade entre as opiniões dos países membros acerca de fenômenos e assuntos internacionais. Desde 2004 foram publicadas uma série de Declarações e Comunicados. Para melhor compreender, no que consistem e qual a imagem que estas declarações passam do bloco como unidade político-ideológica, destacam-se algumas declarações recentes sobre assuntos de relevância global.

O primeiro se trata do Comunicado Especial sobre a situação colonial das Malvinas, anunciado no dia 04 de fevereiro de 2012, onde os países do bloco expressaram total apoio à legitimidade da Argentina sobre as Ilhas Malvinas, Geórgia do Sul e Sandwich do Sul, bem como os espaços marítimos circundantes. Neste sentido reafirmam-se os princípios de não intervenção e anti-imperialismo que servem de base para a atuação do bloco. Nesta declaração os países membros se comprometeram em:

Louvar a postura construtiva e permanente vontade do Governo argentino em atingir através de negociações, uma solução pacífica e definitiva para esta situação colonial anacrônica em solo americano. Apoiar a decisão tomada pelos países da região para proibir navios

com a bandeira colonial imposta às Malvinas de entrar em seus portos. (COMUNICADO ESPECIAL SOBRE AS MALVINAS, 2012)

A segunda declaração evidenciada diz respeito à crise política na Síria, publicado também no dia 04 de fevereiro de 2012. Nesta ocasião a ALBA-TCP, mais uma vez apoiada no princípio da não intervenção, condenou a política de intervenção e desestabilização – atos de violência de grupos armados irregulares – geradas por forças externas alinhadas aos interesses ocidentais, que têm por objetivo a imposição de uma mudança no regime político, da qual era vítima a República Árabe da Síria. Os países membros ainda reforçaram o apoio ao presidente Bashar Al Assad e reivindicaram a restauração da paz na região.

Os países membros da ALBA-TCP reafirmaram seu apoio à política de reformas e ao diálogo nacional reforçado pelo Presidente Bashar Al Assad, que se destina a encontrar uma solução pacífica para a crise atual, com respeito à soberania do povo sírio e à integridade territorial dessa nação árabe irmã. (COMUNICADO ESPECIAL SOBRE A SÍRIA, 2012).

Outro assunto internacionalmente abordado sobre o qual a ALBA-TCP se manifestou foi a questão da espionagem praticada por agências de inteligência norte-americanas, vindas à tona pelas revelações do ex-analista de inteligência, Edward Snowden. Os países da ALBA-TCP, no Comunicado Especial sobre Espionagem Massiva no dia 30 de junho de 2012, reiteraram sua disposição em oferecer asilo à Snowden, por se tratar de uma questão de perseguição política dos EUA em relação a ele. A questão do asilo político foi tratada com agressividade norte-americana que ameaçou de sanções políticas aqueles que o oferecessem. A liberdade (garantida pelo princípio de soberania de países autônomos) foi defendida como fundamentalmente reconhecida pelo Direito Internacional dos Direitos Humanos.

Considere Edward Snowden como vítima de perseguição política, digno de proteção com a qual Estado pode fornecer-lhe, no exercício dos seus poderes soberanos. A este respeito, é essencial para garantir a plena aplicação do direito de asilo e ao direito de asilado nos termos da regulamentação existente para uma viagem segura para o país que concedeu asilo, e rejeitar as ameaças e as pressões dos Estados Unidos que se destinam a atacar esta decisão. (COMUNICADO ESPECIAL SOBRE ESPIONAGEM, 2013)

Além de desafiar a diplomacia norte americana, oferecendo asilo ao perseguido político, a ALBA-TCP condenou abertamente as ações de espionagem como mecanismo violador da soberania e dos direitos humanos e também reafirmaram a

necessidade de recursos tecnológicos no campo de informações e comunicações menos vulneráveis a esse tipo de irregularidade, ao afirmar a necessidade de [...]propostas para reduzir as vulnerabilidades em nossos sistemas de segurança e espionagem cibernética, prevenir ações futuras Contra os Estados membros da ALBA, que é essencial para preservar a soberania de nossos povos. (COMUNICADO ESPECIAL SOBRE ESPIONAGEM, 2013).

Por fim, a última declaração analisada, do dia 20 de outubro de 2014, é relativa à Epidemia de Ebola, na África Ocidental, considerada pela OMS (Organização Mundial da Saúde) como uma emergência de saúde pública. Neste sentido, baseados no princípio da solidariedade, os membros do bloco dispuseram-se à cooperação com a OMS e demais organismos regionais da saúde, para a realização de ações de combate à doença e para prevenir que a epidemia se espalhasse.

Lembrando estipulações estabelecidas no Regulamento Sanitário Internacional (2005) e no Roteiro para a OMS Resposta ao Ebola em 28 de agosto de 2014, cujo objetivo é interromper a transmissão do Ebola em uma escala global e para enfrentar as consequências de qualquer nova propagação internacional. (DECLARAÇÃO SOBRE O EBOLA, 2014).

Para tanto, a ALBA-TCP disponibilizou tanto, trabalhadores (brigadas médicas voluntárias especializadas em grandes epidemias) quanto espaço, suprimentos e materiais relevantes, priorizou as nações mais necessitadas e ativou a Rede de Vigilância Epidemiológica da ALBA-TCP para fim de combate ao Ebola.

## **4.2 O futuro da ALBA-TCP**

Após analisarmos a criação e a atuação do bloco, é importante que seja problematizado o futuro da ALBA-TCP. Como ficou evidente nos capítulos anteriores, a Venezuela tem, visivelmente, a maior economia dentre os países membros da ALBA-TCP. Por ser a responsável pela maior parte do investimento financeiro do bloco, é imprescindível que se analise o papel da sua situação política e econômica como fator de grande influência para a atuação da ALBA. Além deste, fatores como a atual reaproximação diplomática entre Cuba e EUA também configuram um cenário de incertezas e especulação. Nesse sentido, já analisadas as mudanças no contexto venezuelano, cabe agora abordar o período mais recente do governo no país, a

situação atual do Caribe e variáveis decorrentes dessa análise e como elas podem afetar positiva ou negativamente o futuro dessa aliança.

A começar pelo caso venezuelano, sabe-se que a partir de 2011 o país passou a sofrer o impacto das mudanças na conjuntura econômica internacional, principalmente do que diz respeito à queda nos preços internacionais do petróleo e falhas na gestão das políticas públicas e econômicas de autossuficiência impulsionadas pelo governo chavista. Tais problemas motivaram o governo a tomar uma série de medidas para reduzir os danos sociais para a população gerando um clima de maior tensão com a classe média e a “oligarquia parasitária” da direita venezuelana. (GONZÁLEZ ALVARADO, 2015).

Com a morte de Hugo Chávez e a contestada eleição de Nicolás Maduro<sup>52</sup>, tais problemas se agravaram. Maduro acusou a oligarquia venezuelana de se alinhar com os interesses norte-americanos para potencializar os problemas estruturais reais que eram repercutidos via imprensa privada de maneira tendenciosa, de acordo com a visão da oposição que pretendia pressionar até que se concretizasse um golpe de Estado.

O lugar que ocupa (a oligarquia Venezuela) na economia é o de controlar em grande medida os mecanismos de distribuição e importação de bens. Neste espaço de controle, que não se pôde reverter nestes 16 anos, se articula politicamente contra o povo, desabastece o mercado, gerando inflação e desvalorizando o salário das venezuelanas e dos venezuelanos. (GONZÁLEZ ALVARADO, 2015. p.01).

Tais acusações foram feitas, sobre tudo, em relação ao uso especulativo de divisas, a acumulação e contrabando em massa de bens de consumo, gerando um quadro de desabastecimento, o aumento da inflação no país e foram chamadas por Maduro, de um novo plano de desestabilização, encabeçado pelos EUA. Esse plano contava ainda, com uma série de declarações feitas pelo governo norte-americano contra o regime político da Venezuela – com acusações de incitação à violência e ruptura do processo democrático – e com medidas intervencionistas, por meio de sanções bilaterais com o propósito de fragilizar ainda mais a economia venezuelana. As tensões com os EUA, em agosto de 2013 tiveram um momento ainda mais crítico com a expulsão de três diplomatas norte-americanos do território venezuelano

---

<sup>52</sup> Maduro venceu as eleições do dia 15 de abril de 2013, com uma vantagem inferior a trezentos mil votos (menos de 2% dos apurados), fato que não deslegitimou a vitória, mas fez das eleições, alvo do questionamento do rival Henrique Capriles. Após a recontagem dos votos, no segundo semestre de 2013, a CNE (Conselho Nacional Eleitoral) confirmou a vitória de Nicolás Maduro.

A mídia privada, assim como no episódio da prisão de Hugo Chávez em 2002, teve um papel fundamental para disseminar as críticas ao regime. Inúmeras fotos de conflitos anteriores e aleatórios foram divulgadas em cadeias de notícias internacionais, indicando a suposta violência em massa de policiais e militares venezuelanos contra manifestantes da oposição.

No plano e regional, Maduro buscou enfrentar a crise a partir do estreitamento dos laços com o Caribe. Recentemente, em visita à São Vicente e Granadinas, na inspeção da construção do Aeroporto Internacional Argyle – que se desenvolve com fundos gerados pela ALBA-TCP – o presidente manifestou a importância estratégica das relações com o Caribe, ao anunciar a criação da Corpovex (corporação de Comércio Exterior em parceria com o governo da ilha. Mais uma manobra política para fomentar o comércio e o desenvolvimento em cooperação com a região caribenha e reafirmar sua posição contrária aos interesses norte-americanos.

Outro membro do bloco que enfrenta várias dúvidas quanto ao futuro da sua estrutura política e econômica, é Cuba. Desde o fim de 2014, quando Barack Obama e Raul Castro anunciaram a reaproximação diplomática, a campanha pelo fim do bloqueio econômico imposto à Cuba pelos EUA em 1962, se intensificou e virou motivo de especulação internacional. A reaproximação, não implica a retomada das relações comerciais plenas com os EUA e o resto do mundo, uma vez que depende da votação no parlamento norte-americano, mas traz a esperança para o atendimento de inúmeras demandas cubanas e latino-americanas como a reincorporação de Cuba aos mecanismos de concertação hemisférica como a OEA.

Contudo, entende-se que o futuro da ALBA-TCP como um projeto alternativo de integração na América Latina, não pode ser definido por uma variante em exclusão às demais. No entanto, o fato dos dois principais países – a Venezuela no campo financeiro e Cuba na esfera geopolítica de influência no Caribe – passarem por momentos de instabilidade e incerteza política e econômica, proporciona um cenário de riscos para a ampliação do projeto.

Entre as duas conjunturas, o risco da Venezuela de sofrer uma ruptura no modelo progressista de governo e ter na esperara representativa um governo de tendências neoliberais, no mínimo excluiria o bloco da agenda de integração. O fim dos investimentos venezuelanos na ALBA-TCP, certamente implicaria na dificuldade de financiar os projetos vigentes no âmbito do bloco. Numa perspectiva mais otimista, isso não significaria o fim do bloco, mas apenas um declínio na sua dinamização

econômica e financeira. Tendo em vista que os demais membros caribenhos do bloco são menores que Venezuela, Cuba e Bolívia e tanto contribuem, quanto são beneficiados numa escala – em termos relativos – menor, os benefícios provavelmente continuariam sendo significativos para estes membros.

Entende-se que o fato da esfera financeira estar tão atrelada à um único país, dê ao bloco um caráter de vulnerabilidade, mas pode-se afirmar que a Venezuela contribui para uma projeção da ALBA-TCP numa escala muito maior do que a sua ausência por si só, viria a causar. Ainda que seja muito mais árdua a tarefa de coordenar o seu funcionamento sem o membro mais importante, economicamente e pelo fato de ter sido membro fundador.

Além da vulnerabilidade, a reaproximação de Cuba e EUA, toca num ponto que vai muito além do político e financeiro, mas ideológico. Como pode-se observar desde o início deste trabalho, o regionalismo aos moldes da ALBA traz um discurso extremamente carregado de um sentimento anti-imperialista. Ainda que se trate de uma questão bilateral, entra-se num embate ético e histórico muito difícil de assimilar, pois há de levar-se em conta outras duas questões. A primeira, é que enquanto os EUA buscam se reaproximar diplomática e economicamente da ilha, sua postura perante a Venezuela é constantemente agressiva. Em segundo, mas ainda dentro desta lógica, há quem critique a aproximação, por se tratar de um estratégia política norte-americana que sucumbiria o regime.

Portanto, o futuro da Aliança não se vê totalmente determinado pela situação política e econômica da Venezuela, ainda que as condições para o seu desempenho futuro sejam bastante condicionadas por essa variável. A questão ideológica da política externa cubana, por sua vez, é uma grande incerteza e tanto sua resolução, quanto suas consequências para o funcionamento da ALBA-TCP, são extremamente imprevisíveis, visto a rapidez e o quão recente se deram os fatos. Em 2009, já quando EUA anunciou a redução das barreiras entre os vínculos entre cidadãos cubanos e estadunidenses, o bloco manifestou o interesse no fim imediato do embargo.

Teniendo en cuenta, además, que las medidas adoptadas por el actual Gobierno de los Estados Unidos dirigidas a reducir los obstáculos impuestos a los vínculos entre los ciudadanos de Cuba y los Estados Unidos, no significan en lo absoluto un cambio en su política de bloqueo, la cual permanece plenamente vigente y en activa aplicación. Los miembros del ALBA – TCP declaran firmemente que el bloqueo de

los Estados Unidos contra Cuba debe terminar de manera incondicional, unilateral e inmediata. (DECLARACIÓN, 2009)<sup>53</sup>

Nesse sentido, é possível afirmar que por mais que pareça um impasse político e ideológico a questão da reconstituição das relações diplomáticas entre os dois países, uma vez que seja alcançado o fim do embargo econômico, isso viria a contribuir ao dinamismo da economia cubana e incidiria positivamente nos projetos internos à ALBA-TCP em suas diferentes esferas.

Por fim, caba destacar ainda que críticas feitas à estrutura do bloco, à ausência de membros mais expressivos como Brasil, Argentina, México e à sua recusa em estabelecer um padrão neoliberal em termos de integração, não constitui um risco para o seu futuro. Os projetos analisados obtiveram relativo êxito em seus propósitos, o que contribui para fazer da ALBA-TCP um bloco alternativo para os membros que a compõem, ainda que não seja o bloco mais expressivo na região e não se insira na lógica capitalista de mercado.

---

<sup>53</sup> Considerando, também, que as medidas tomadas pelo atual governo dos Estados Unidos que visa reduzir os obstáculos fiscais às ligações entre os cidadãos de Cuba e dos Estados Unidos, não implica em absoluto numa mudança em sua política de bloqueio, que permanece em pleno vigor e aplicação ativa. Os membros da ALBA - TCP declaram enfaticamente que o bloqueio dos Estados Unidos contra Cuba deve terminar de forma incondicional, unilateral e imediatamente. (DECLARACIÓN, 2009). Tradução nossa.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Desde o século XIX a integração latino-americana constituiu um pilar na busca dos países da região por independência, autonomia e desenvolvimento sócio-econômico. Como pôde-se ver no presente trabalho, esta integração teve diferentes fases, merecendo destaques aquelas localizadas temporalmente na segunda metade do século XIX, a do Regionalismo Fechado, a do Regionalismo Aberto e a fase do Regionalismo Pós-liberal. Esta última, caracterizada por um viés contrário aos princípios neoliberais da lógica de mercado.

É dentro deste conceito que procurou-se explicar a atuação da Aliança Bolivariana, por se tratar de um projeto alternativo que tem como objetivo a superação das desigualdades sociais e o alcance do desenvolvimento econômico, em detrimento das relações de livre comércio. Como pôde-se notar, os discursos e a atuação dos membros dentro da Aliança Bolivariana fogem da lógica tradicional da integração, fazendo-se necessária a análise desta experiência a partir de um novo referencial teórico, ainda de nebulosa conceituação, como é o caso do regionalismo pós-liberal.

Ao analisarmos o ordenamento jurídico, percebemos que a atuação da ALBA-TCP está muito mais voltada às questões políticas, sociais e de meio ambiente e quando na esfera econômica, os objetivos se referem ao financiamento de projetos que beneficiem a população de acordo com os déficits sociais dos países membros. Para alcançar tais objetivos, o principal mecanismo utilizado dentro do bloco são as Missões Sociais e as Granacionais. As primeiras, fruto da campanha política chavista, após a crise de 2002 na Venezuela, foi aplicada em larga escala entre os países membros, contribuindo para a melhoria de alguns índices na área de educação, saúde e finanças. Já as Granacionais, tratam-se do modelo de integração empresarial do bloco e tem como principal objetivo garantir a integração produtiva e a distribuição desta produção, com vistas a suprir as necessidades dos países que compõem a ALBA-TCP.

Ainda que se tenha certa dificuldade em encontrar dados específicos que digam respeito a atuação, tanto das Missões Sociais quanto das Granacionais, ao analisarmos alguns índices nas áreas de educação, saúde e economia, percebe-se uma melhoria em muitos destes indicativos, e o aumento da circulação de bens e

serviços, foga destes programas. Isso, ainda que não explique por si só, indica sem dúvidas que a ALBA-TCP constitui um fator importante para a melhoria dos Índices de Desenvolvimento Humano dos países membros.

Considera-se, que o relativo sucesso da ALBA-TCP muito se deve a harmonia política entre os três principais membros do bloco – Venezuela, Cuba e Bolívia – que, não coincidentemente, apresentam um discurso, tanto na esfera doméstica quanto externa, de contraposição aos interesses norte-americanos. Nesse sentido, a conformidade das agendas de política externa destes países, que prezam os princípios de não-intervenção, de soberania dos povos latino-americanos e de cooperação e solidariedade entres os mesmos, colabora para a relevância do bloco como processo de integração alternativo.

Para América Latina e principalmente para as pequenas ilhas caribenhas pertencentes ao bloco, a ALBA-TCP representa um processo relevante em termos de financiamento de projetos sociais, aumento do PIB, redução de índices como analfabetismo e mortalidade, por exemplo. O bloco também é um aliado, junto ao PETROCARIBE, na questão energética ao proporcionar a comercialização do petróleo – fornecido pela Venezuela – a preços mais acessíveis para países de economias menos expressivas como é o caso das ilhas do Caribe. Cabe ainda reafirmar que essa alternativa nasce em resposta às tentativas falhas de consolidação da ALCA, símbolo da ingerência estadunidense no continente.

Para o capitalismo, como bem pôde-se observar, a ALBA-TCP é um projeto de oposição. Ao consolidar o Tratado de Comércio para os Povos (com foco na integração e no desenvolvimento produtivo), deixou clara sua contraposição aos Tratados de Livre Comércio (que tem por objetivo a competitividade empresarial e a obtenção desenfreada do lucro em detrimento de índices sociais). Nesse sentido, é um aliado para os movimentos anti-capitalistas na América Latina, consolidando o discurso das nações governadas por líderes progressistas.

Quanto ao futuro da ALBA-TCP, conclui-se que há uma grande incerteza respaldada pela crise política na Venezuela (intensificada por atores externos), a reaproximação entre Cuba e EUA (um dos argumentos atacados pela lógica do bloco) e por questões econômicas como a valorização da moeda norte-americana e da depreciação dos preços do petróleo.

Ainda que seja cedo para delinear um caminho a ser seguido pelo bloco e pelos seus países membros e que essa questão dê espaço para todo tipo de especulação

e problematização não pode-se negar que, baseado nos aspectos positivos elencados e mesmo levando em consideração os principais argumentos negativos em relação ao bloco (sua dependência financeira com respeito à Venezuela e sua pesada carga ideológica) a Aliança alcançou um relativo êxito e continua trabalhando na busca de caminhos alternativos para driblar os principais problemas que assolam os países que dela fazem parte. Contudo, a grande questão do trabalho, referente à consolidação do bloco como um projeto alternativo, se confirma com base na pesquisa realizada.

## REFERÊNCIAS

ACUERDO ENTRE VENEZUELA Y CUBA PARA LA APLICACIÓN DEL ALBA.

**Cumbre - La Habana, Cuba.** 2014. Disponível em:

<<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1248-2009-02-02-iv-cumbre-extraordinaria-caracas-venezuela-acuerdo-de-seguridad-y-soberania-alimentaria-de-los-paises-miembros-de-petrocaribe-y-el-alba-alba-alimentos> > Acessado dia 05 de novembro de 2015.

ADHESIÓN DE BOLIVIA AL ALBA. **III Cumbre - La Habana, Cuba.** Abril, 2006.

Disponível em:< <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1224-2006-04-28-y-29-iii-cumbre-la-habana-cuba-adhesion-de-bolivia-al-alba> > Acessado dia 26 de outubro de 2015.

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. **América Latina: História presente.** Campinas: Papyrus, 2004.

ALTMANN, Josette. **Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?**

Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLACSO). Fev, 2008.

ALBA (2010). Aliança bolivariana para os povos da América. **MANIFIESTO**

**BICENTENARIO DE CARACAS.** Disponível em:

<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1307-2010-04-19-ix-cumbre-caracas-venezuela-manifiesto-bicentenario-de-caracas> (Acessado dia 10/06/2015).

ALTMANN, Josette. **Alba: ¿un proyecto alternativo para América Latina?** In:

Revista ARI, nº17, 2008.

ALVARADO CHACÍN, Neritza. **Pobreza y Exclusión en Venezuela a la luz de las Misiones Sociales.** FERMENTUM Mérida - Venezuela - ISSN 0798-3069 - AÑO 14 - Nº 39. Jan-Abr, 2004. p. 181-232.

ALEXANDRE, Cristina. Bolívia: **Instabilidade política e dificuldade de inserção regional**. In: A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p.69-103.

APONTE GARCÍA, Maribel. **A economía solidaria y el socialismo del siglo XXI en la alternativa bolivariana: una aproximación inicial** In: Otra Economía - Volumen III - Nº 5. Centro de Investigaciones Sociales y Escuela Graduada de Administración de Empresas Universidad de Puerto Rico, Recinto de Río. 2009.

BANCO MUNDIAL. **Dados e indicadores**. Disponível em: <<http://datos.bancomundial.org/indicador/>> Acessado dia 30 de outubro de 2015.

BARCELOS RIBEIRO DA SILVA, Ana Paula; DA SILVA PEREIRA, Drielle; DE ALMEIDA PINTO, Jefferson; COUTINHO LOURENÇO, Leonardo. **Poder e Política: Pensando a Tolerância e a Cidadania**. In: Anais do I Seminário em História Política e do Poder da UFF e IV Colóquio Internacional do LCP. Setembro, 2012.

BARRANTES, Erika Medina; HARDT, Matheus. **Venezuela e a cooperação com os países membros da ALBA**. In: VI Congreso de Relaciones Internacionales. Facultad de Ciências Jurídicas y Sociales, Universidad Nacional de la Plata, Argentina. Noviembre, 2012.

Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America - Peoples' Trade Treaty. **ALBA-TCP**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/> > Acessado dia 12/08/2015.

CARBALLO, Rodolfo. **Misión Milagro: visión humanista y solidaria**. Salud. Setembro, 2015. Disponível em <<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-13-16/2014-04-01-19-47-07/salud/6309-mision-milagro-vision-humanista-y-solidaria>> Acessado dia 05 de novembro de 2015.

COMUNICADO ESPECIAL DA ALBA-TCP SOBRE AS MALVINAS. **XI Cúpula - Caracas, Venezuela, 2012**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/special-communicu%C3%A9-alba-colonial-situation-malvinas-islands-february-04-2012> > Acessado dia 22 de outubro de 2015.

COMUNICADO ESPECIAL DA ALBA-TCP SOBRE A SÍRIA. **XI Cúpula - Caracas, Venezuela, 2012**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/special-communic%C3%A9-alba-confirming-its-support-syria-february-05-2012>> Acessado dia 22 de outubro de 2015.

COMUNICADO ESPECIAL DA ALBA-TCP SOBRE EBOLA. **VIII Cúpula Extraordinária - Havana, 2014**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/declaration-extraordinary-alba-tcp-summit-ebola-october-20-2014>> Acessado dia 22 de outubro de 2015.

COMUNICADO ESPECIAL DA ALBA-TCP SOBRE ESPIONAGEM. **XII Cúpula - Guayaquil, Equador, 2013**. Disponível em: < <http://alba-tcp.org/en/contenido/anexx-22-special-resolution-massive-espionage-30-july-2013>> Acessado dia 22 de outubro de 2015.

CONCEPTUALIZACIÓN DE PROYECTO Y EMPRESA GRANNACIONAL EN EL MARCO DEL ALBA. **VI Cumbre**. Caracas, Venezuela. Janeiro, 2008. Disponível em: < <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1232-2008-01-26-vi-cumbre-caracas-venezuela-conceptualizacion-de-proyecto-y-empresa-grannacional-en-el-marco-del-alba>> Acessado dia 09/10/2015

DA MOTTA VEIGA, Pedro; P. RÍOS, Sandra. **O regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens, iniciativas e dilemas**. In: División de Comercio Internacional e Integración. **Série Comercio Internacional n. 82**. Santiago de Chile, julho de 2007. Disponível em: <http://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/4428-o-regionalismo-pos-liberal-na-america-do-sul-origens-iniciativas-e-dilemas>. Acessado dia 15/03/2015.

DA SILVA, Marcos Antronio. **Cuba e a Eterna Guerra fria: Mudanças Internas e Política Externa nos anos 90**. Dourados, 2012. p. 211-275.

DALDEGAN DE FREITAS, William. **Aliança Bolivariana Para Os Povos De Nossa América (ALBA): As particularidades de um projeto inovador** - Belo Horizonte,

2011. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/pdf/enabri/n3v3/a58.pdf>.

Acessado dia 15/01/2015.

DECLARACIÓN DE PAÍSES MIEMBROS DE ALBA-TCP Y PETROCARIBE. II

**Cumbre Extraordinaria.** Caracas, Venezuela. Dezembro, 2013. Disponível em < <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1332-2013-12-17-ii-cumbre-extraordinaria-alba-tcp-petrocaribe-caracas-venezuela-declaracion-de-los-jefes-de-estado-y-de-gobierno-de-los-paises-miembros-de-alba-tcp-y-petrocaribe>> Acessado dia 11/10/2015.

DECLARACIÓN FINAL - CONMEMORACIÓN DEL X. ANIVERSARIO. **XIII Cumbre.**

La Habana, Cuba. 2014-12-14 - <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/2449-2014-12-14-xiii-cumbre-la-habana-cuba-declaracion-final-conmemoracion-del-x-aniversario>. Acessado dia 15/03/2015.

DECLARACIÓN CONJUNTA VENEZUELA – CUBA. **Cumbre - La Habana, Cuba.**

Dez, 2004.

DECLARACIÓN SOBRE PONER FIN AL BLOQUEO ECONÓMICO, COMERCIAL Y FINANCIERO CONTRA CUBA. **VII Cumbre - Cochabamba, Bolivia.** 2009.

Disponível em < <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1282-2009-10-17-vii-cumbre-cochabamba-bolivia-declaracion-sobre-la-necesidad-de-poner-fin-al-bloqueo-economico-comercial-y-financiero-contracuba>>. Acessado dia 03 de novembro de 2015.

DELGADO, Ana Carolina; M. CUNHA FILHO, Clayton. Ideologia e pragmatismo: a política externa de Evo Morales. Rio de Janeiro, 2007.

D'ELIA, Yolanda; QUIROZ, Cristyn. **Las Misiones Sociales ¿Una Alternativa para para Superar la Pobreza?** Instituto Latinoamericano de Investigaciones Sociales (ILDIS) Oficina en Venezuela de la Fundación Friedrich Ebert. Caracas, Junio de 2010.

EN 15 AÑOS CUBA Y VENEZUELA CONSOLIDAN UN CAMINO DE HERMANDAD Y FELICIDAD PARA AMBOS PUEBLOS. **Portal Alba.** Disponível em

<<http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-27-16-48-36/2014-03-29-21-36-7613/alba/6860-cuba-y-venezuela-reafirman-alianza-estrategica>> Acessado dia 28 de outubro de 2015

ENCUENTRO ENERGÉTICO. **Acuerdo de Cooperación Energética Petrocaribe**. Puerto la Cruz, Venezuela. 2005.

FERMÍN T., Eudis F.; MORALES GARCÍA, Lucrecia; MORALES MANZUR, Juan Carlos. **Petrocaribe: Cooperación energética para el desarrollo de los pueblos del Caribe y Centroamérica (2005-2008)**. In: Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo / Vol. 5. No. 9. Enero-Junio 2010.

FLORES, Alicia Pérez. **Mais além das Políticas Públicas em Cultura: Perfilando políticas regionais**. In: IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS, Setor de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Brasil. Outubro, 2013.

FURTAK, Robert K. **Cuba: Un cuarto de siglo de Política Exterior Revolucionária**. In: Campos de Acción y Actitudes. Junho, 1985. p. 343 - 361.

GONZÁLEZ ALVARADO, Iván. **Venezuela: “da saída à transição”**. Carta Maior, 2015. Disponível em <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/venezuela-da-saida-a-transicao/#.Vj9CwLerTIU>> Acessado dia 03 de novembro de 2015.

GONZÁLEZ NÚÑEZ, Gerardo. **La integración de Cuba en el Caribe**.

**Una valoración empresarial**. Nueva Sociedad Nro. 151 Saptiembre-Octubre 1997, pp. 178-191

GUIMARÃES NOGUEIRA, Francis Mary; VILLETTI ZUCK, Débora. **A Concreticidade da Integração Latino-Americana na Política Educacional Venezuelana**. In: Anais do 5º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais. Unioeste, Cascavel - PR. Outubro, 2011.

HART-LANDSBERG, Martin. **Learning from ALBA and the Bank of the South: Challenges and Possibilities.** Monthly Review, 2009. Disponível em: <http://monthlyreview.org/2009/09/01/learning-from-alba-and-the-bank-of-the-south-challenges-and-possibilities/>. Acessado dia 16/01/2015.

HERZ, Mônica; RIBEIRO HOFFMANN, Andrea. **Organizações Internacionais: Histórias e Práticas.** – Rio de Janeiro: Eslevier, 2004.  
<http://www.europapress.es/internacional/noticia-decada-alba-sueno-bolivariano-chavez-castro-20141214084331.html>. Acessado dia 17/01/2015.

HONÓRIO, Karen; MESQUITA, Lucas. A nova política externa cubana. In: Brasil no mundo. 2015. Disponível em <<http://brasilnomundo.org.br/analises-e-opiniao/a-nova-politica-externa-cubana/#.VkBvS7erTIW> > Acessado dia 05 de novembro de 2015.

KATZ, Claudio; HAINE, La. **Las disyuntivas del ALBA.** In: Sitio de noticias Rebelión, 2006. Disponível em: <http://www.rebelion.org/docs/29179.pdf>. Acessado dia 15/08/2015.

LEITE, Iara; PÉREZ FLORES, Fidel. **Refundações, conflito e polarização na Venezuela de Chávez.** In: A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007. p. 341-376.

LORENZO, Jose A. S. **La Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA): un nuevo espacio de la integración latino-americana con dimensión social.** In: Icaria Social Watch, 2007.

LOSADA DA FONSECA, Ludmila. **Os caminhos da integração Latino-Americana: A Unasul e a ALBA-TCP.** UFRGS, Porto Alegre. Julho, 2014.

MACEDO BEZERRA, Ewelyne Rossane de; **POLÍTICA EXTERNA VENEZUELANA PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL, Análise sobre os discursos de Hugo Chávez.** Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB. 2011.

MARTINEZ REINOSA, Milagros. **El Caribe en la política exterior cubana.** Cátedra de Estudios del Caribe, Universidad de la Habana, 2006.

MENDONÇA JR, Wilson. **O Regionalismo Pós-Liberal na América do Sul**. In: Conjuntura Internacional. Maio, 2012. p. 18-24.

MISIÓN CRISTO. **Pobreza cero para el 2021**. Disponível em: <<http://venezuela.movilnet.com.ve/noticias/detalle/?slug=mision-cristo>> Acessado dia 02 de outubro de 2015.

MORGENFELD, Leandro Ariel. **Del TIAR a la OEA: Argentina, Estados Unidos y el sistema interamericano**. CONfines. Universidad de Buenos Aires, agosto/diciembre, 2010. Disponível em: <<file:///C:/Users/Client/Desktop/MorgenfeldL.pdf>> Acessado dia 09/09/2015.

MOTTA VEIGA, Pedro; P. RÍOS, Sandra. **O Regionalismo pós-liberal na América do Sul: origens iniciativas e dilemas**. In: División de Comercio Internacional e Integración, CEPAL. N.82. Satiago de Chile, julho de 2007.

MUHR, Thomas. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.2, p.611-627, maio/ago, 2010.

ODONNE, Carlos; GRANATO, Leonardo. **Los nuevos proyectos de integración regional vigentes en América Latina: la alternativa bolivariana para nuestra América y la comunidad sudamericana de naciones**. In: Revista de economía heterodoxa nº 7, ano VI, 2007.

PÁDUA, Adriana Suzart de. **ALBA-TCP : uma cultura de integração regional alternativa para a América Latina?** Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2012.

PAGLIAI, Graciela de Conti. **Segurança hemisférica: uma discussão sobre a validade e atualidade de seus mecanismos institucionais**. Rev. Bras. Polít. Int. 49 (1): 26-42, 2006. Disponível em: <<file:///C:/Users/Client/Desktop/a02v49n1.pdf>> Acessado dia 06/09/2015.

PETROCARIBE, Energia para la Union. **Página Oficial**. Disponível em <<http://www.petrocaribe.org/>> Acessado dia 10/10/2015

PINHO DE OLIVEIRA, Maria de Fátima. **Ventajas competitivas de las empresas grannacionales como modelo empresarial del ALBA-TCP**. In XV Encuentro de Latinoamericanistas Españoles. Actas: Congreso Internacional América Latina: La autonomía de una región, 2012.

PROYECTOS GRANNACIONALES. **V Cumbre**. Tintorero, Venezuela. Abril, 2007. Disponível em: < <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1228-2007-04-28-y-29-v-cumbre-tintorero-venezuela-proyectos-grannacionales>>. Acessado 10/10/2015.

REGUEIRO BELLO, Lourdes María. **Los TLC en la perspectiva de la acumulación estadounidense – Visiones desde el Mercosul y la ALBA**. Buenos Aires: CLACSO, 2008.

REIS MELO, Filipe. **ALBA: entre a aposta pela integração e a dependência do contexto político dos países membros**. In: Boletim Meridiando 47 vol. 13, n. 132, jul.-ago. 2012 [p.24 e 30] Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/7215/5725>> Acessado dia 13/01/2015.

RIBEIRO, Renato. **ALBA-TCP: Elementos e Contribuições para a Integração Latino-americana e Caribenha**. In: Revista Contemporânea – Dossiê Nuestra América, ano 2, nº 2, 2012.

RODRIGUES, Queila Amaro. **ALBA-TCP: Mais um projeto de integração Latino Americana?** Conhecimento histórico e diálogo social. Natal -RN. Julho, 2013.

RODRÍGUES GARAVITO, César A.; BARRETT, Patrick S. “¿La utopía revivida? **Introducción al estudio de la nueva izquierda latinoamericana**”. In: RODRÍGUES GARAVITO, C. A.; BARRETT, P. S.; CHAVEZ, D. (editores). *La nueva izquierda em América Latina: sus orígenes e trayectoria futura*. Bogotá: Grupo Editorial Norma, 2005. Disponível em:

<[https://books.google.com.br/books?id=TTb9Inx83d4C&pg=PT11&lpg=PT11&dq=%E2%80%9C%C2%BFLa+utop%C3%ADa+revivida?+Introducci%C3%B3n+al+estudio+de+la+nueva+izquierda+latinoamericana%E2%80%9D.&source=bl&ots=su3\\_YCzj8u&sig=EKdliiCdLI4V2TQ4xGhbu7PhNB8&hl=pt-BR&sa=X&ei=r6mIVbyHA4m5-AHd-oGwBQ&ved=0CB4Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false.](https://books.google.com.br/books?id=TTb9Inx83d4C&pg=PT11&lpg=PT11&dq=%E2%80%9C%C2%BFLa+utop%C3%ADa+revivida?+Introducci%C3%B3n+al+estudio+de+la+nueva+izquierda+latinoamericana%E2%80%9D.&source=bl&ots=su3_YCzj8u&sig=EKdliiCdLI4V2TQ4xGhbu7PhNB8&hl=pt-BR&sa=X&ei=r6mIVbyHA4m5-AHd-oGwBQ&ved=0CB4Q6AEwAA#v=onepage&q&f=false.)> Acessado dia 18/05/2015.

ROSA, Francisco J. **La Alianza para las Américas- Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP): análisis de un proyecto de integración regional latinoamericana con una flerte dimensión altermundialista.** In: Revista Venezolana de Ciencia Política, nº 37, 2010. 313-170 p.

SANAHUJA, José A. **Del “regionalismo abierto” al “regionalismo post-liberal”. Crisis y cambio en la integración regional em América Latina.** In: Anuário de la Integración Regional de América Latina y el gran Caribe, 2008-2009.

GOBIERNO BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores.** Embajada en Peru. Disponible em: <[http://peru.embajada.gob.ve/index.php?option=com\\_content&view=article&id=113%3Amision-cristo&catid=10%3Amisiones-sociales&Itemid=100&lang=es](http://peru.embajada.gob.ve/index.php?option=com_content&view=article&id=113%3Amision-cristo&catid=10%3Amisiones-sociales&Itemid=100&lang=es)> Acessado dia 06 /10/ 2015.

GÓMEZ SÁNCHEZ, Irey. **El papel de las misiones sociales en la construcción de identidades políticas en Venezuela.** In: Revista. Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, 2006, vol. 13, nº 1 (ene.-abr.), pp. 13-34.

SANCHEZ, Vanessa. **Misión Vuelvan Caras, una estrategia de desarrollo nacional.** Junho, 2004. Disponible em: <<http://www.aporrea.org/actualidad/a8497.html>> Acessado dia 01/10/2015.

SERBÍN, Andrés. **América del Sur en un mundo multipolar: ¿es la Unasur la alternativa?** In: Revista Nueva Sociedad, nº219, 2009.

SILVA, Fabrício Pereira da. **Até onde vai a "onda rosa"?** In: Análise de Conjuntura OPSA, N.2, fev. 2010.

LIMA, Maria Regina; COUTINHO, Marcelo. A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

TORRES, César Augusto. **Proyectos de integración en América Latina durante el siglo XX. Una mirada a la integración regional en el siglo XXI.** Investigación & Desarrollo, vol. 19, núm. 1. Universidad del Norte Barranquilla, Colombia, enero/junio, 2011, pp. 212-253.

TRATADO ENERGÉTICO DEL ALBA .**V Cumbre.** Tintorero, Venezuela. Abril, 2007. Disponível em: < <http://www.portalalba.org/index.php/2014-03-29-22-04-24/documentos/1229-2007-04-28-y-29-v-cumbre-tintorero-venezuela-tratado-energetico-del-alba>> Acessado dia 11/10/2015.

VISENTINI, Paulo F. **O Brasil, a América do Sul e a América Latina/Caribe oportunidades e desafios da integração.** In: Publicações do Banco de Desenvolvimento Interamericano, 2010.

WÜRDIG GONÇALVES, Laurance. **Políticas educacionais da Bolívia no Contexto da ALBA.** UFRGS, Porto Alegre. 2011.

ZAPATA, Vitoria. Evo Morales y la política exterior de los recursos. In: Cuadernos sobre Relaciones Internacionales, Regionalismo y Desarrollo / Vol. 6. No. 12. 2011.